



Governo do Distrito Federal
Polícia Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024
UASG 926016
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF e órgãos participantes, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20 de setembro de 2024 às 08h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto por Lote

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Cotas reservadas

ESTIMATIVA GERAL: Público

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 174.904.871,68 (cento e setenta e quatro milhões, novecentos e quatro mil oitocentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos)

ANEXOS: [MANUTENÇÃO SOB DEMANDA - IRP](#)

EDITAL DE LICITAÇÃO
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024
(Processo Administrativo nº 00054-00119145/2023-99)
REGISTRO DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

AMPLA CONCORRÊNCIA - LOTES: 1, 3, 5, 7, 8 e 9 ; e COTAS RESERVADAS - LOTES: 2, 4, 6, 10, 11, 12 e 13.

Torna-se público que a Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, por meio do Departamento de Logística e Finanças - DLF, sediado no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF e órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação objetiva-se o registro da unidade (item) de manutenção de edifícios, a ser distribuída em quantidades determinadas por lotes, nas condições e características da PMDF, ao custo de manutenção anual por m² de **R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)**; também constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

Item a ser Registrado	Unidade	Valor de 01(um) ITEM
Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	Manutenção anual por m²	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos);

1.3. A licitação será dividida em lotes com quantidade determinada de itens de manutenção anual por m², com o objetivo de equilibrar o dimensionamento e posterior execução do objeto, conforme a proximidade geográfica das unidades da PMDF e dos órgãos participantes, cada lote contém uma proporção de unidades, resultando em lotes principais destinados a Ampla Concorrência - AC (Lotes 1, 3, 5, 7, 8 e 9) e lotes destinados às Cotas reservadas - CR (Lotes 2, 4, 6, 10, 11, 12 e 13), em conformidade a tabela constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação nos lotes de seu interesse, conforme tabelas abaixo.

QUANTIDADE DE ITENS POR LOTE				
LOTES		VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Quantidade de itens de manutenção anual por m² a ser registrada - ITEM R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	
Nº	ÓRGÃO		LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA - AC	LOTES DE COTA RESERVADA - CR
01 - AC	PMDF	R\$ 10.127.656,00	20.050	
02 - CR	PMDF	R\$ 1.070.854,40		2.120
03 - AC	PMDF	R\$ 12.690.634,88	25.124	
04 - CR	PMDF	R\$ 1.362.813,76		2.698
05 - AC	SSP/DF	R\$ 11.164.667,36	22.103	
06 - CR	SSP/DF	R\$ 1.901.271,68		3.764
07 - AC	SEAPE/DF	R\$ 66.173.245,60	131.005	
08 - AC	SEAPE/DF	R\$ 9.597.280,00	19.000	
09 - AC	IFB	R\$ 45.105.195,52	89.296	
10 - CR	IFB	R\$ 3.607.567,04		7.142
11 - CR	IFB	R\$ 3.338.843,20		6.610
12 - CR	IFB	R\$ 4.132.386,72		8.181
13 - CR	IFB	R\$ 4.632.455,52		9.171
TOTAIS		R\$ 174.904.871,68	306.578	39686
PERCENTUAL DE COTA RESERVADA RELATIVO A AMPLA CONCORRÊNCIA				12,94%
PERCENTUAL DE COTA RESERVADA RELATIVO A CONTRATAÇÃO TOTAL				11,46%

QUANTIDADE DE ITENS POR ÓRGÃO:			
UNIDADE	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Manutenção anual por m² (item)	Quantidade de itens de manutenção anual por m² a ser registrada.
PMDF	R\$ 25.251.959,04	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	49.992,00
SSP/DF	R\$ 13.065.939,04	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	25.867,00
SEAPE/DF	R\$ 75.770.525,60	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	150.005,00
IFB	R\$ 60.816.448,00	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	120.400,00
Todos	R\$ 174.904.871,68	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	346.264,00

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PMDF)

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;

2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;

2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a PMDF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do INCC, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela PMDF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos deque trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo II deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.10.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.10.2. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.10.1. Poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.10.2. Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. De forma que os lotes 2, 4, 6, 10, 11, 12 e 13 estão destinados à cotas reservadas, no percentual de 11,46 % do valor total da contratação, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.11. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o maior desconto para o lote preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;

3.11.1. Caso o lote de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do lote de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da cota reservada a ela vinculada;

3.11.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.

3.12. Não poderão disputar esta licitação:

3.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.12.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.12.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.12.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.12.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.12.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.12.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12.11. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.12.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

3.12.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

3.12.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.12.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

3.12.16. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

3.12.16.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.12.16.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.12.17. A vedação de que trata o item 3.12.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.12.18. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.12.19. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.12.20. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.(Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.12.21. Não poderão participar para os mesmo(s) lote(s) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.13. O impedimento de que trata o item 3.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.2 e 3.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.16. O disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.18. A vedação de que trata o item 3.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.19. Será admitida a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme já deliberado pelo Tribunal na Decisão nº 10/2021;

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto por lote, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o percentual de desconto por lote, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.22.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

4.6.2. nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor ou desconto para o lote;
- 5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.10. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços, em língua portuguesa, em moeda nacional do Brasil para cada Item cotado, conforme modelo de proposta constante do Apêndice F (148626611) do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.
- 5.12.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item (para SRP, utilizar valor unitário).
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, a partir da abertura dos envelopes, encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valore forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direcionamento de recursos públicos para o objeto licitado, bem como a existência de processos de improbidade administrativa em andamento contra o licitante ou seus representantes legais, em razão de atos praticados no exercício de suas atividades profissionais, comerciais ou empresariais, que possam gerar conflito de interesses com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

8.2.1.1. Em conformidade ao item 32(DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO) do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) lote(s) que a licitante pretende concorrer.

8.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria e... empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças - SPL DALF, sediada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.10.1. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.15.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto à Diretoria de Infraestrutura do Departamento de Logística e finanças da PMDF, pelos telefones (61)3190-5659/ 3190-5665, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. Para vistoria nos endereços dos lotes referentes aos outros Órgãos, o contato deverá ser por meio dos seguintes telefones: SSP/DF (61) 3441-8815 /8753 /8758 - IFB (61) 2193-8140.

8.15.2. OS LOCAIS A SEREM VISTORIADOS ESTÃO DESCRITOS NO ITEM 25 DO TERMO DE REFERENCIA, BEM COMO NO APÊNDICE L (149722018) do Termo de Referência (Anexo I do Edital), CONTENDO UM HIPERLINK GEOREFENCIADO.

8.15.3. Para realizar a vistoria, o Responsável Técnico pela licitante deverá apresentar o registro profissional e documento que comprove vínculo com a empresa.

8.15.4. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.16.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.17. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.17.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.18. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.18.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.18.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.19.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.19.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.22.1.

8.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no e-mail: dallicitacao@pm.df.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

12.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, que é de **09 de julho de 2024** pela utilização do Índice Nacional de Custos da Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

12.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. A Polícia Militar do Distrito Federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços

HERBERT DE ALMEIDA JARDIM - CEL QOPM
Ordenador de Despesas

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO
- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF.
2. DO OBJETIVO
- 2.1. O objetivo deste Termo é de construir metodologia aplicável de forma a CARACTERIZAR, ESPECIFICAR, DIMENSIONAR e PRECIFICAR serviços sob demanda de manutenção predial corretiva com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, possibilitando a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura, por meio de sistema de registro de preços, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos, descritos em tabelas referenciais, em especial no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da construção civil – SINAPI;
- 2.2. Assim, possibilitando a manutenção das edificações, equipamentos e instalações prediais pertencentes à carga imobiliária da PMDF e nos imóveis e áreas ocupados pelas unidades da PMDF.
3. DO NORMATIVO LEGAL
- 3.1. Este termo de referência está fundamentado na Lei nº 14.133 de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a qual estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 3.2. O art. 78 da lei nº 14.133 de 2021 trata sobre os procedimentos auxiliares das licitações como segue:
- "Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:
- I - credenciamento;
- II - pré-qualificação;
- III - procedimento de manifestação de interesse;
- IV - sistema de registro de preços;**
- V - registro cadastral.
- § 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.
- § 2º O julgamento que decorrer dos procedimentos auxiliares das licitações previstos nos incisos II e III do **caput** deste artigo seguirá o mesmo procedimento das licitações."[grifo nosso]
4. DAS NORMAS E LEGISLAÇÕES APLICADAS
- 4.1. A contratação dos serviços obedecerá ao disposto na Lei federal nº 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o Decreto Distrital nº 44.330/2023, bem como demais normativos constantes no Instrumento Convocatório.A empresa contratada deverá executar os serviços com as especificações e Normas Técnicas Brasileiras e as instruções dos fabricantes dos equipamentos utilizados.
- 4.2. Os materiais empregados e os serviços executados, de manutenção, deverão obedecer a todas as normas a pertinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, em especial:
- 4.2.1. Às normas e especificações constantes neste Termo de Referência (TR) e em seus APÊNDICES;
- 4.2.2. Normas da ABNT;
- 4.2.3. Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário;
- 4.2.4. Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP/SLTI;
- 4.2.5. Normas das concessionárias de serviços públicos;
- 4.2.6. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;
- 4.2.7. Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (Lei nº 6.138/2018 e Decreto nº 39.272/2018 e suas alterações); e
- 4.2.8. Legislações correlatas, como LUOS (Lei Complementar nº 948/2019) e outras aplicáveis às localidades.
- 4.3. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer rigorosamente:

- 4.3.1. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, manutenção, transporte e armazenagem de produtos;
- 4.3.2. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- 4.3.3. À Portaria (SEAP) nº 2.296/97 e atualizações – Práticas de Projetos de Construção e de Manutenção;
- 4.3.4. À Resolução nº 307/86 – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA);
- 4.4. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

5. DOS APÊNDICES E ANEXOS:

- 5.1. Integram ainda este documento: as planilhas de custo e formação de preços; as especificações técnicas de materiais e de serviços de manutenção, distribuídos nos seguintes Apêndices e Anexos (disponíveis no link: [MANUTENÇÃO SOB DEMANDA - IRP](#)).
- 5.1.1. APÊNDICE A - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS - 148626568
- 5.1.2. APÊNDICE B - INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO - 148626536
- 5.1.3. APÊNDICE C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA - 148626526
- 5.1.4. APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA - 148626584
- 5.1.5. APÊNDICE E - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA - 148626693
- 5.1.6. APÊNDICE F - PLANILHA MODELO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS - 148626611
- 5.1.7. APÊNDICE G - MAPA DE RISCOS - 148626488
- 5.1.8. APÊNDICE H - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO - 149721382
- 5.1.9. APÊNDICE I - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVENTUAL - 148626683
- 5.1.10. APÊNDICE J - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA LOTES 1 A 4 (PMDf) - SINTÉTICO COM VALOR DA MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTO E MATERIAL - 149721734
- 5.1.11. APÊNDICE K - COMPOSIÇÃO DO BDI - 148626474
- 5.1.12. APÊNDICE L - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - ÁREAS DE DEMANDA - 149722018
- 5.1.13. APÊNDICE M - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS - 148626553
- 5.1.14. ANEXO I - DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA (anterior ao DFD) - 120710660
- 5.1.15. ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - 120722872
- 5.1.16. ANEXO III - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS LOTES 5 A 13 (SSP/DF; SEAPE/DF; IFB) - SINTÉTICO COM VALOR DA MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTO E MATERIAL - ORIGEM IRP nº 12/2024 (MANUTENÇÃO PREDIAL) - 149722498

6. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Necessidades institucional - apontada no DOD (anterior ao DFD) 120710660, ETP 120722872, CGPI e DECRETO Nº 39.536, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - Dispõe sobre a estrutura de gestão do patrimônio imobiliário no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, no que couber, do Distrito Federal e dá outras providências; e DECRETO Nº 39.537, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - Institui o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e das empresas estatais dependentes, no que couber, e dá outras providências.

6.2. Finalidade Pública - Cita-se que a Polícia Militar do Distrito Federal, para o cumprimento de sua missão constitucional no Distrito Federal dispôs o seu poder operacional com capilaridade suficiente para atender todas as 33 Regiões Administrativas que compõem o território do Distrito Federal, com mais de 30 Batalhões Operacionais, além de Unidades de apoio e administrativas, consubstanciando um patrimônio imobiliário de escala considerada.

6.3. Por estarem submetidas ao desgaste de uso e natural, as edificações de uso da PMDF, necessitam de manutenção sob demanda em seus sistemas prediais, por agentes que possuam conhecimentos técnicos especializados em engenharia, manutenção predial e recomposição e de jardinagem, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Sendo de suma importância, tais sistemas, serem inspecionados periodicamente para garantir tanto seu funcionamento, quanto a segurança e conforto dos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

6.4. Ocorre que a PMDF tem como função institucional (atividade finalística), prioritariamente, promover a segurança pública por meio de policiamento ostensivo e preventivo. Logo, a estrutura de pessoal da Corporação não vislumbra a previsão de profissionais para prestar os serviços de engenharia de operação, manutenção predial eventual, necessários para a preservação de suas instalações. Necessitando, portanto, da contratação de empresa especializada para tal tarefa. A modernização e manutenção corretiva das instalações visam suprir necessidade de espaço advinda do crescimento dos setores de apoio administrativos e operacionais.

6.5. Segundo a NBR 5674 de 1999 (Manutenção de edificações - Procedimento), as edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas as atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

6.6. A referida norma também descreve que a manutenção de edificações visa preservar ou recuperar as condições ambientais adequadas ao uso previsto para as edificações. Ainda, segundo a norma, **a manutenção de edificações inclui todos os serviços realizados para prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos seus componentes, ou de atualizações nas necessidades dos seus usuários.**

6.7. Ressalta-se que a falta de manutenção predial, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso dos sistemas prediais que são sistemas físicos, integrados ao edifício, e que tem por finalidade dar suporte às atividades dos usuários, suprimindo-os com insumos prediais necessários a energia, gás, água, segurança ao fogo e patrimonial, conforto ambiental, transporte e circulação, comunicação, e automação, e em consequência à citada ausência, prejudicar o desempenho das atividades desenvolvidas pela Corporação.

6.8. Salienta-se, que imprevistos prediais na Corporação não afetam somente a uma Instituição, mas sim o bem maior a ser protegido pelas missões da PMDF, com consequências indesejáveis à qualidade do atendimento dos cidadãos do Distrito Federal.

6.9. Neste sentido, o desgaste natural, o uso regular, o crescimento da vegetação próxima das edificações e nos terrenos, promove a necessidade constante de manutenção para sanar defeitos ou evitá-los melhorando a utilização dos sistemas e preservando o patrimônio e mantendo as condições adequadas para atender as exigências dos seus usuários.

- 6.10. Destaca-se, com base na citada NBR, que economicamente relevante no custo global das edificações, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado e casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico, cuja responsabilidade é do responsável técnico. Para se atingir maior eficiência na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema de manutenção, segundo uma lógica de controle de custos e maximização da satisfação dos usuários com as condições oferecidas pelas edificações.
- 6.11. Ainda, cabe mencionar o disposto previsto no § 7º do Art. 10, do Decreto-Lei 200/1967, transcrito a seguir:
- "Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a **Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato**, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução." [grifo nosso]
- 6.12. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. Ressalta-se que a prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. A contratação dos serviços de manutenção predial, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, é necessária, pois permite funcionalidade e segurança às instalações físicas das edificações.
- 6.13. Complementa-se ainda que o Decreto Distrital nº 39.537/2018, que Institui o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal – PAMP-DF, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e das empresas estatais dependentes, entende em seu art. 4º:
- "Art. 4º São objetivos do PAMP-DF:
- I - propor e acompanhar a implementação das políticas governamentais que envolvam imóveis edificadas ou não edificadas, de propriedade ou sob a responsabilidade do Distrito Federal;
 - fomentar, articular e desenvolver a integração dos diversos órgãos governamentais e as entidades, quanto ao cadastro dos imóveis de propriedade ou em uso pelo Distrito Federal;
 - II- garantir a observância dos padrões de segurança e qualidade das estruturas edificadas, de forma a reduzir a possibilidade de acidentes ou mitigar as suas consequências;
 - III- regulamentar as ações de segurança e qualidade a serem adotadas quando da plena capacidade funcional da edificação;
 - IV- estimular o monitoramento e acompanhamento das ações de segurança e qualidade, empregadas nas edificações pelos responsáveis, sob a sua supervisão;
 - V- criar condições para que se amplie o padrão referencial de manutenção das edificações, com base na fiscalização, orientação e correção das ações de segurança e qualidade;
 - VI- estabelecer instrumentos de natureza técnica que permitam a avaliação da edificação aos parâmetros estabelecidos pelo Comitê Gestor de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal - CGMPDF;**
 - VII- fomentar a cultura de segurança e qualidade no uso da capacidade funcional das edificações, bem como o controle da qualidade ambiental, acessibilidade e uso racional do imóvel;
 - IX- garantir a transparência e o acesso às informações relativas à legislação, projetos e manutenção dos imóveis de propriedade ou em uso pelas unidades administrativas do Distrito Federal;
 - X- acompanhar a disponibilização do PMaC de cada imóvel;
 - XI promover a capacitação dos responsáveis pela execução e controle dos imóveis sob a sua supervisão;
 - XII- instituir a responsabilidade da inspeção obrigatória e periódica das edificações e instalações em uso ou de propriedade das unidades administrativas do Distrito Federal, visando às condições de estabilidade, segurança, salubridade, manutenção e adequação das instalações das edificações;
 - XIII- promover o desenvolvimento de ações de conservação de rodovias e vias urbanas e rurais, obras de arte especiais - OAEs, sistemas de drenagem pluvial, sinalização viária e dispositivos de mobilidade urbana;
 - XIV- implantar o PAMROA." [grifo nosso]
- 6.14. A lei nº 14.133 de 2021 em seu art. 23, determina que o valor previamente estimado de contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
- 6.15. Neste sentido, traz ainda em seu parágrafo 2º, que o processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:
- "I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, **ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi)**, para as demais obras e serviços de engenharia;
- II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;"
- (...) [grifo nosso]
- 6.16. Desta forma, o modelo de contratação para o objeto deste Termo de Referência, pela tabela SINAPI e demais tabelas de referência da construção civil nacional, apresenta-se com especificações e composições dos serviços bem claras, tendo em vista que fornece preços de insumos e mão de obra, com atualização mensal, para todas as capitais do país. Portanto, não se faz razoável o detalhamento, em edital, das centenas de milhares de itens utilizados em serviço de reparo ou conserto, quando se sabe antecipadamente que apenas algumas delas serão utilizadas com certa frequência; outras, provavelmente não serão exigidas durante a vigência do contrato.
- 6.17. A vantagem em ser um contrato específico para as manutenções corretivas sob demanda é a possibilidade de contratar empresa que não utiliza o sistema de mão de obra com a desoneração da folha de pagamento, haja vista que a mão de obra não é fixa, reduzindo assim o percentual do BDI aplicado ao contrato, trazendo maior economicidade aos cofres públicos.
- 6.18. Assim sendo, a PMDF, quando necessário, poderá solicitar a execução do contrato baseando-se em qualquer serviço especificado na Tabela SINAPI e demais tabelas de referência da construção civil nacional, desde que atenda a sua necessidade. Ademais, a contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz, visando à tarefa de zelar pelo patrimônio público.
- 6.19. O principal benefício é a conservação/manutenção das instalações prediais, reduzindo o custo de demolições e novas construções, resultante da falta de manutenção e garantia de segurança.
- 6.20. O TCU, por meio do Acórdão nº 1.620/10, já se manifestou favorável acerca da realização de única licitação para a contratação de mesma natureza, ainda que em locais diversos quando os potenciais interessados forem os mesmos. Assim sendo, de acordo com inúmeras decisões do TCU, o agrupamento em lote(s) de itens a serem adquiridos na modalidade Pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si é pertinente, uma vez que trazem vantagens de eficiência operacionais e econômicas para a Administração, pois além de gerar economia de escala, deve-se analisar a capacidade e as necessidades administrativas e operacionais referentes ao conjunto das demandas solicitadas.
- 6.21. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estrutura constitucional e deve ser buscada pela administração pública, nas linhas do Acórdão TCU 861/2013-P.
7. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, À PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PNCP) E AO PLANO INTERNO DE ORÇAMENTO**
- 7.1. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**
- 7.1.1. O projeto traz correlação, notadamente, aos seguintes Objetivos, Estratégias e Iniciativas Estratégicas, presentes no Planejamento estratégico da Corporação:

- "8. **Objetivo Estratégico:** Aprimorar a Gestão Logística.
Estratégia: Otimizar os processos logísticos.
Iniciativa Estratégica: Padronizar por estudos específicos as necessidades de materiais, equipamentos, viaturas e serviços utilizados pela Corporação.
8.5. Estratégia: Normatizar os processos de aquisição de bens ou serviços.
8.5.5. Iniciativa Estratégica: Padronizar bens móveis, imóveis, semoventes e serviços.
Objetivo Estratégico: Otimizar o policiamento ostensivo e preventivo.
Estratégia: Dotar a Corporação de adequadas instalações (unidades) de policiamento ostensivo e preventivo."

7.2. **DO ALINHAMENTO AO PLANO INTERNO DE ORÇAMENTO**

7.2.1. O atual Planejamento Anual de Orçamento em vigor na Corporação, materializado por meio da Portaria PMDF Nº 1.339, de 04 de janeiro de 2024 – a qual aprova o Plano Interno de Orçamento 2024 – PIO/2024 da PMDF, prevê, na área temática atinente ao Coordenador Setorial de Orçamento, custeio conforme recorte abaixo:

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA (DINFRA)					
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)					
Demanda	Discriminação	Cód. Desp.	Meta Física	Produto/ Unidade	Valor R\$
294	Manutenção Predial	33903704	0	211	13.049.517,08

7.2.2. Verifica-se que há recursos previstos e alocados para Manutenção Predial na Corporação, **porém este objeto se trata de um Sistema de Registro de Preços**, o qual será realizado por meio de Ordens de Serviços, executadas conforme as demandas de manutenção, cujos orçamentos serão elaborados com base, preferencialmente, nos preços referenciados na Tabela SINAPI.

7.2.3. **Ressalta-se que o sistema de registro de preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no instrumento.**

8. DAS DEFINIÇÕES:

- 8.1. **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS:** é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e o órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 8.2. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.
- 8.3. **BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI):** A taxa de Benefício e despesas indiretas é a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício da empresa na composição do preço da obra.
- 8.4. **CONSERVAÇÃO:** a conservação nada mais é do que uma manutenção constante. Depois do bem restaurado deve-se ter um planejamento para a conservação do mesmo. Esta deve ser criteriosa para que o edifício restaurado não perca a sua originalidade e nem tão pouco receba intervenções inadequadas. A conservação também é uma intervenção, mas de grau e impacto menor.
- 8.5. **CONTRATADA:** Empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou contrato.
- 8.6. **CONTRATANTE:** Polícia Militar do Distrito Federal, signatária do instrumento contratual.
- 8.7. **DRENAGEM PLUVIAL INTERNA:** compreendem todas a rede de drenagem, componentes e bocas-de-lobo, envolvendo áreas de estacionamento e pistas de rolagem internas aos lotes da PMDF.
- 8.8. **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, cordas, talabarte, óculos de proteção, máscaras, protetores auriculares, capas plásticas, capas de chuva, protetor solar, entre outros.
- 8.9. **EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS:** são os utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: amperímetro, voltímetro, multi-teste analógico e mala de ferramentas para os profissionais contendo ferramentas básicas e específicas de cada categoria. 8.EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's): são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.
- 8.10. **ESTADO CRÍTICO:** características apresentadas por um equipamento ou sistema que oferece risco a vida dos usuários, dano iminente ao patrimônio ou desconforto ambiental que comprometa a continuidade das atividades dos usuários do edifício.
- 8.11. **FISCAL, FISCALIZAÇÃO, COMISSÃO EXECUTORA OU FISCAL DO CONTRATO:** é o representante da administração, especialmente designado, na forma do art. 41 inciso II previsto no Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 201, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.
- 8.12. **INSPEÇÃO PREDIAL:** processo de avaliação predominantemente sensorial das condições técnicas, de uso, operação, manutenção e funcionalidade da edificação e de seus sistemas e subsistemas construtivos, em um dado momento de sua vida útil (na data da vistoria), considerados os requisitos dos usuários.
- 8.13. **INSTALAÇÕES CIVIS:** compreendem estrutura, alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos de parede, esquadrias, vidros, forros, marcenaria, serralheria e impermeabilização.
- 8.14. **INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:** operação, manutenção corretiva e emergencial em sistemas de ar condicionado central tipo chiller, fan coil e airtsplit.
- 8.15. **INSTALAÇÕES DE DADOS, VOZ E CFTV:** compreendem manutenção de sistemas, equipamentos, instalações, antena, torres e instalações ligados ao sistema de dados em rede de telefonia, de rádio, de internet e de circuito fechado de televisão e demais itens correlatos.
- 8.16. **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:** compreendem sistemas de redes elétricas, grupos geradores, estabilizadores, no-breaks, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas e redes de aterramento.
- 8.17. **INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:** compreendem sistemas de redes de água fria e pluvial, redes de esgoto, louças e metais das chamadas áreas molhadas (sanitários, copas e cozinhas), bombas de recalque e reservatórios de água.
- 8.18. **INSTALAÇÕES HOSPITALARES:** espaços e instalações especiais (piso, parede, portas, pias, ventilações, aberturas, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas sanitárias) de construção civil voltados para procedimentos laboratoriais, médicos-hospitalares, de enfermagem, de odontologia, de psicologia, de fisioterapia, como por exemplo baritagem de sala de raio-X, piscinas de fisioterapia e seus componentes, sala da câmara hiperbárica, sala de tomografia, centro cirúrgico, salas de procedimentos médicos, instalações de gases, instalações de vácuo e ar comprimido, instalação de equipo (cadeira) odontológica, entre outros.

- 8.19. **LAUDO:** documento técnico elaborado por profissional habilitado no qual são relatadas constatações, análises e conclusões de perícias, exames, vistorias e avaliações. Além do descrito em PARECER ou RELATÓRIO, identifica conclusão técnica do problema.
- 8.20. **MANUTENÇÃO:** é o conjunto de ações, atividades e serviços que: visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho; visam preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade; visam recomposição das partes do imóvel que não estão funcionando adequadamente; visam recuperar o estado de uso ou de operação; visam recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários; visam revisar, restaurar ou recuperar a capacidade produtiva de um equipamento ou instalação; visam prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos seus componentes, ou de atualizações nas necessidades dos seus usuários; visam recuperar o estado de uso ou de operação de sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes prediais; visam retificações pontuais, complementos ou adequações destinadas ao seu melhor desempenho; visam voltar estruturas e componentes para um ponto antes da durabilidade, conforto, aparência, funcionalidade, estética, desempenho ou funcionamento fragilizado ou debilitado; visam preservar ou recuperar as condições ambientais adequadas ao uso previsto para as edificações; visam reparos, remanejamentos, relocações, movimentações, limpezas, adequações e ajustes das instalações; visam voltar estruturas e componentes para um ponto antes da durabilidade, adequando-as ao conforto, aparência, funcionalidade, estética, desempenho.
- 8.21. **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, ou ainda corrigir defeitos que coloquem em risco a estrutura, desde que a correção não caracterize reforma do equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.
- 8.22. **MANUTENÇÃO EMERGENCIAL:** manutenção não planejada, inesperada, que não pode ser adiada, que representa uma ameaça imediata, ou caracterizada por fatos que já ocorreram, sejam estes fatos desempenhos inferiores ao almejado ou uma falha. É a correção da falha súbita e imprevista de modo aleatório e rápido, a fim de evitar outras piores consequências. O atendimento de chamada extra, dentro ou fora do horário normal de expediente, que deverá ser efetivada sem ônus adicional para o CONTRATANTE, com a finalidade de verificar defeito ocasionado em equipamento. Tem como resposta uma solução em caráter emergencial, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o chamado.
- 8.23. **MANUTENÇÃO PREDITIVA:** diz respeito ao tempo de vida útil de máquinas e componentes e consiste em acompanhar os equipamentos, coletando seus dados e desta forma calcular e programar as manutenções com base nos dados e não simplesmente atendendo uma periodicidade estimada. Ocorre em intervalos sistemáticos e utiliza-se algumas técnicas de manutenção como a análise de vibração, ultrassom, inspeção visual e técnicas de análise não destrutivas.
- 8.24. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação que previnam danos ou tenham programações antecipadas, efetuadas periodicamente por meio de inspeções sistemáticas, e sejam executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas, incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, podas, aceiros, roçadas, corte de árvores, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.
- 8.25. **MANUTENÇÃO URGENTE:** manutenção, assim classificada por demanda da contratante, por demandar uma intervenção imediata e em curto prazo, porém com um caráter menos imediatista que a manutenção emergencial.
- 8.26. **MAQUINÁRIO:** são as máquinas necessárias à execução das atividades previstas. Ex.: roçadeiras (elétricas ou à gasolina), tratores para corte de grama e outros.
- 8.27. **MATERIAIS DE CONSUMO OU REPOSIÇÃO:** são os materiais que por defeito, quebra, fadiga ou por fim da vida útil necessitem serem substituídos nos equipamentos e sistemas.
- 8.28. **ORDEM DE SERVIÇO (OS):** é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução do contrato de prestação de serviços, que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos, pessoal e custos da atividade a ser executada, bem como possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado, além disso, é o documento pelo qual a CONTRATADA recebe autorização para realizar um serviço que ela própria demandou a partir das verificações feitas quando da execução do contrato.
- 8.29. **PARECER TÉCNICO:** além do que contém o RELATÓRIO este documento descreve a opinião do profissional sobre uma manifestação patológica, e respectivas explicações, e poderá ser utilizado em conflito jurídicos.
- 8.30. **PAVIMENTAÇÃO:** áreas de estacionamento e pistas de rolagem internas aos lotes da PMDF, incluindo manutenção de subleito, sub-base, base, revestimento asfáltico, reforços e demais estruturas de pavimentação.
- 8.31. **PREÇO GLOBAL:** valor total previsto ou proposto da planilha orçamentária, resultante do somatório dos produtos entre os quantitativos e os preços unitários de todos os insumos e serviços necessários à plena execução do objeto.
- 8.32. **PREÇO UNITÁRIO:** valor unitário previsto ou proposto para a execução de uma unidade de medida de determinado serviço da planilha orçamentária.
- 8.33. **PRODUTOS OU RESULTADOS:** são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.
- 8.34. **RELATÓRIO TÉCNICO:** além do que contem a VISTORIA, este documento possui explicações e comprovações do que se identificou como patologias.
- 8.35. **RESTAURAÇÃO:** trata-se de uma intervenção física no bem de interesse histórico. Esta intervenção pretende manter a integridade física do bem, recuperar aspectos originais, procurando chegar o mais próximo possível da originalidade. Os materiais empregados neste tipo de intervenção, independentemente do tipo de bem a ser preservado, dependerá do profissional que está à frente do projeto de restauração.
- 8.36. **ROTINA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:** é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.
- 8.37. **SERVIÇOS CONTÍNUOS:** são serviços cuja interrupção compromete as atividades da Administração, podendo sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.
- 8.38. **SERVIÇOS DE MARCENARIA:** manutenção, reforma, substituição e adaptação de divisórias, painéis, portas, portais, alisares, treliças, prateleiras, armários, estantes, cadeiras, mesas, em diversos tipos de madeira como MDF, aglomerado, entre outros.
- 8.39. **SERVIÇOS DE PAISAGISMO E JARDINAGEM:** compreendem a preservação, manutenção e recomposição de espaços livres, da paisagem, jardins verticais ou horizontais, áreas verdes e correlatos.
- 8.40. **SERVIÇOS DE SERRALHERIA:** manutenção, substituição e adaptação de elementos metálicos, em especial estruturas de sustentação, cercas, portões, trilhos, envolvendo procedimentos de soldadura, fundição, acabamento entre outros.
- 8.41. **SERVIÇOS EVENTUAIS:** são os serviços de manutenção predial que apresentam estado crítico ou que extrapolarem àqueles prestados pela equipe de trabalho conforme suas especialidades e que, sempre que houver a necessária demanda, será autorizado pela FISCALIZAÇÃO para realização por profissionais qualificados, providenciados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade, e que estarão sob orientação e supervisão de qualquer um dos engenheiros ou encarregados.
- 8.42. **SINAPI:** Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, calculado mensalmente pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.
- 8.43. **SISTEMA:** conjunto de equipamentos, periféricos, acessórios, elementos, materiais ou componentes, ligados fisicamente ou não, os quais, utilizando seu desempenho individual, contribuem para uma mesma função.
- 8.44. **SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO:** compreende conjunto de hidrantes, extintores, lâmpadas de emergência, alarmes, detectores de fumaça, sistema de chuveiros automáticos, sinalização de emergência e demais itens correlatos.
- 8.45. **VISTORIA:** processo de constatação, no local, do estado aparente de desempenho da edificação, por ocasião da data da vistoria, aonde eventuais falhas, anomalias ou manifestações patológicas que afetam o comportamento em uso (ou seja, o desempenho) da edificação e seus sistemas, elementos e componentes construtivos são registradas durante a vistoria.
9. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO COMUM
- 9.1. A Lei nº 14.133/2021, define serviços e bens comuns da seguinte forma:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
I – órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;
(...)
XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
(...)
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

- 9.2. Com a leitura do dispositivo mencionado é possível apontar que o serviço de manutenção predial e reformas é fornecido de forma ampla no mercado, com vasta aplicação e disponibilidade de entes privados que forneçam insumos e serviços correlatos, sem a necessidade de qualquer inovação ou modificação por parte da administração pública ao contratar o citado serviço.
- 9.3. É possível observar, diante das especificações do serviço contidas neste Termo de Referência que o serviço almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores as condições de mensurarem e ofertarem suas propostas.
- 9.4. Desta forma, o uso do pregão eletrônico para a contratação de serviços comuns de engenharia, se demonstra uma modalidade de licitação com diversos benefícios à Administração.
- 9.5. Assim, a hipótese configura um serviço comum, com características e especificações usuais de mercado nos termos expostos.
- 9.6. Ademais, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à PMDF, não inerentes às categorias funcionais abrangidas em seus respectivos planos de cargos.
- 9.7. Por tudo exposto, verifica-se que os serviços, objetos deste Termo de Referência, classificam-se como sendo serviços comuns de engenharia, e enquadram-se nas possibilidades dispostas no artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo vantajosa, para a Administração, a aplicação da modalidade de pregão na forma eletrônica.

10. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

10.1. A Lei nº 14.133/2021 considera a modalidade de Pregão da seguinte forma:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)
XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
(...)
Art. 28. São modalidades de licitação:
I - pregão;
II - concorrência;
III - concurso;
IV - leilão;
V - diálogo competitivo.
(...)
Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
(...)

- 10.2. No caso em tela, o objeto do futuro certame tem a necessidade de se realizar optando pelo pregão, em observação ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu artigo 6º, incisos XIII e XLI, que se tratam de serviços comuns e se enquadram na exigência de simples definição e ainda que há possibilidade de concorrência pelos participantes que se habilitarem na modalidade de Pregão. Desta forma, o objeto está de acordo com estes incisos e o ato licitatório poderá ser realizado na modalidade de pregão.
- 10.3. Por meio da modalidade objetiva o certame da contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços de manutenção corretiva e eventual, com fornecimento de peças, materiais e mão-de-obra, nos sistemas, equipamentos, lotes e instalações prediais utilizados pela PMDF, nos termos do art. 29º da Lei nº 14.133/2021, devido o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Lei nº 14.133/2021, define como um dos procedimentos auxiliares o Sistema de Registro de Preços (SRP) da seguinte forma:

Dos Procedimentos Auxiliares
Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:
I - credenciamento;
II - pré-qualificação;
III - procedimento de manifestação de interesse;
IV - sistema de registro de preços;
V - registro cadastral.

- 11.2. Já o art. 82 da citada lei as regras gerais de observância para os editais de licitação referentes a SRP;

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) por outros motivos justificados no processo;
- IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
- VI - as condições para alteração de preços registrados;
- VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
- VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

(...)

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

- I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;
- II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
- III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
- IV - atualização periódica dos preços registrados;
- V - definição do período de validade do registro de preços;
- VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

(...)

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

(...) Grifo nosso

11.3. Considerando o acima exposto, faz-se necessária a contratação de acordo com o Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta no âmbito do Distrito Federal o Sistema de Registro de Preços, conforme os Artigos. 189 e 190 incisos I e IV, que assim definem:

Art. 189. O Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição e locação de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, pelos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, obedecerá ao disposto nesta Seção.

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

11.4. Da análise do conceito do sistema de registro de preços, verifica-se que, a principal diferença desse, frente às demais licitações, reside no objeto. Marçal Justen Filho (2008) explica que, via de regra, o certame licitatório destina-se a selecionar proposta apresentada por fornecedor para uma contratação específica, a ser efetivada pela Administração Pública. No registro de preços, o procedimento licitatório destina-se a selecionar proposta apresentada por fornecedor para contratações não específicas, seriadas, que, num determinado período, poderão vir a ser realizadas por repetidas vezes. Essa é, pois, a principal diferença: **a não obrigatoriedade de aquisição dos bens ou de contratação da prestação dos serviços registrados.**

11.5. A utilização do chamado “SRP” (sistema de registro de preços) no processo de contratação pública pode refletir em uma série de vantagens para o órgão ou entidade que dele se utilizar. Uma das vantagens é o aumento da eficiência administrativa. A eficiência, além de ser um princípio norteador de toda a atividade administrativa (caput do art. 37 da CF), quando inserida no contexto do “SRP”, passa a ter traços peculiares que merecem ser ressaltados:

- 11.5.1. a) redução do número de licitações durante o exercício financeiro;
- 11.5.2. b) redução dos custos operacionais e de estoques;
- 11.5.3. c) agilidade e otimização nas contratações públicas.

11.6. Com a vigência da ata de registro de preços, a realização frequente de licitações é reduzida sobremaneira durante o exercício financeiro, não se fazendo necessária a cada nova demanda, o que faz com que haja redução dos custos operacionais e de publicidade. Ademais, a Administração não terá que estocar os bens, ocupando espaço desnecessário em suas sedes, pois somente haverá a contratação e entrega quando surgir a necessidade efetiva (momento no qual se delimita a quantidade exata).

11.7. Há que se falar também na agilidade e otimização que o “SRP” possibilita, já que a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento ajustadas, os preços e os fornecedores definidos.

11.8. Como o registro de preços é utilizado, em síntese, para contratar serviços cuja necessidade e quantitativo não é possível de ser definido de antemão, ele é tido como excelente mecanismo para aumentar a eficiência administrativa, na medida em que permite à Administração se precaverem relação à imprevisibilidade, em especial quanto a insegurança de obtenção de recursos orçamentários para a concretização total das necessidades da Administração.

- 11.9. Resta feita verifica-se que o objeto a ser contratado possibilita a existência de projeto padronizado, objetivando-se padronizar os materiais edílios e de acabamentos, para se ter uma manutenção menos variável e padronizada, com menor comprometimento operacional, ante a necessidade permanente serviço para os devidos reparos e cuidados do patrimônio.
12. DO REGISTRO DE PREÇOS
- 12.1. O registo de preços será formalizado conforme minuta de Ata de Registro de Preços e terá validade de **12 (doze) MESES**, contados de sua assinatura, não podendo ser superior a um ano, em conformidade ao art. 84. da Lei nº 14.133/2021: "O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso."
- 12.2. O adjudicatório será convocado pelo órgão gerenciador no prazo de 3 dias úteis contados da data da convocação pela PMDF para assinatura da respectiva ata de registro de preços podendo ser prorrogado uma única vez por igual período quando solicitado pelo adjudicatório até o segundo dia útil após a convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- 12.3. O não atendimento da convocação para assinatura ata sem motivo devidamente justificado e aceito faz iniciar as sanções cabíveis na espécie conforme regulamento na legislação pertinente.
- 12.4. **O sistema de registro de preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no APÊNDICE J (149721734)** desse TR, podendo a administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.
- 12.5. Durante o prazo de validade do registro de preços a PMDF não ficará obrigada a comprar os materiais objeto deste pregão exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 12.6. A existência de preços registo não obriga a administração a contratar, facultando a realização de licitação específica para a contratação pretendida, no entanto, independentemente do direito de preferência a ser exercido pelo beneficiário da ata, a administração ficará obrigada a servir-se da ata se o preço obtido em outra licitação for superior ao registrado parecer nº 313/2012- PROCAD/PGDF.
- 12.7. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados, sendo considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Logística e Finanças da PMDF.
- 12.8. Caso seja constatado que o preço registrado na ata é superior à média dos preços de mercado o gerenciador solicitará ao fornecedor mediante correspondência redução do preço registrado de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.
- 12.9. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o gerenciador da ata deverá convocar os demais fornecedores caso haja visando igual oportunidade de negociação.
- 12.10. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata os subitens anteriores, o gerenciador procederá a revogação da ata.
- 12.11. Por tudo exposto, com base na metodologia aplicada para o dimensionamento e quantificação dos custos relativos à manutenção das edificações da PMDF, **objetiva-se o registro da unidade (item) de manutenção de edifícios** nas condições e características da PMDF ao custo de manutenção anual por m² de R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos);

Item	Unidade	Valor
Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	Manutenção anual por m²	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos);

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 13.1. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, alcançado por maior percentual de desconto aplicado sobre os valores dos insumos, serviços e BDIs, considerados nas Tabelas presentes no APÊNDICE J (149721734) e ANEXO III (149722498), de forma desonerada ou de forma não desonerada, em atenção ao art. 33 e art. 34 da Lei nº 14.133/2021.
- Dos Critérios de Julgamento**
- Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:
- (...)
- II - maior desconto;
- (...)
- Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.
- § 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.
- § 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.
- (...)

13.2. A composição e definição dos índices de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI a serem utilizados nesta contratação terão o percentual máximo de 26,93% (vinte e seis inteiros e noventa e três centésimos por cento) para os itens cujo regime de tributação previdenciária seja o "desonerado" e 20,94% (vinte inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) para o regime previdenciário "não desonerado", conforme Memorial de Cálculos constante no APÊNDICE K (148626474) deste Termo de Referência.

14. DO ESCOPO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
- 14.1. Em conformidade ao APÊNDICE A - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS - (148626568).
- 14.2. Prestação de serviços sob demanda, de engenharia especializados na manutenção corretiva, bem como a realização de serviços eventuais correlatos, nos Sistemas e Subsistemas estrutural, de envoltória externa, de divisores dos espaços externos, de divisores dos espaços internos, de suprimento de energia elétrica, de suprimento de gás, de proteção a descargas atmosféricas, de suprimento de água, de equipamento sanitário, de coleta de esgotos, de águas pluviais, de proteção contra incêndio, de segurança patrimonial, de

- condicionamento de ar, de iluminação, de transporte mecanizado, de comunicação interna, de telecomunicação, de automação predial e, de jardinagem, nos sistemas existentes ou que venham a ser instalados;
- 14.3. Execução de serviços eventuais de manutenção corretiva (ações e intervenções permanentes, e emergenciais nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes prediais da CONTRATANTE);
- 14.4. Execução de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, tais como: mudanças de instalações; alterações de leiaute; instalação e remanejamento de circuitos elétricos e telefônicos; instalação de luminárias; instalações hidráulicas e sanitárias; bem como reconstituição de partes civis afetadas;
- 14.5. Fornecimento dos insumos e materiais de consumo para as devidas manutenções prediais;
- 14.6. Reparo, limpeza e higienização, em conformidade com as legislações pertinentes e as normas técnicas, das caixas d'água e dos reservatórios inferiores e superiores, existentes ou que venham a ser instalados;
- 14.7. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão estendidos a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, pela CONTRATADA ou por terceiros, nos locais sob administração da PMDF sem custos adicionais.
- 14.8. Não faz parte do escopo dos serviços de manutenção predial contínua (preventiva e preditiva), a execução de novas construções e ou ampliações das edificações, realizadas com a condição diversa da operação da manutenção predial e que devam ser caracterizadas como obras de engenharia.
- 14.9. Compõe, no entanto, o escopo dos trabalhos a realização dos serviços de maiores proporções ou de recomposição acessória, em conformidade as definições apresentadas para as diversas escalas de manutenção (Equipamento, Componente, Sistema, Ambiente, Edifício e Imóvel).
15. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 15.1. **O período para a execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 8h às 18h.** Contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de executá-los no período mencionado, a critério do gestor do contrato, os mesmos deverão ocorrer nos finais de semana, feriados ou período noturno.
- 15.2. Os serviços de manutenção serão solicitados sob demanda a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pelo executor ou comissão executora do contrato, conforme necessidades da PMDF.
- 15.3. Os serviços serão prestados nas unidades relacionadas na Lista de Endereços conforme o APÊNDICE L - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (149722018), que poderão sofrer alterações conforme necessidade da PMDF.
- 15.4. A Contratada deverá acatar uma eventual mudança de endereço de qualquer das unidades relacionadas do Apêndice L deste Termo de Referência, em caso de eventual transferência de titularidade dos imóveis elencados, bem como de futuras/novas instalações de responsabilidade da Contratante, conforme oportunidade e conveniência da Administração Pública.
- 15.5. A execução dos serviços de correção relativos a cada Ordem de Serviço será acompanhada pelo executor do contrato.
- 15.6. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.
- 15.7. A fiscalização vistoriará os locais de serviço em conjunto com a Contratada previamente à autorização da emissão da Ordem de Serviço.
- 15.8. Anterior à emissão da Ordem de Serviço, a Contratada deverá, para fins de avaliação dos custos, apresentar os seguintes documentos:
- 15.8.1. Memorial descritivo dos serviços (com fotos) e memória de cálculo dos quantitativos;
- 15.8.2. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada no SINAPI não desonerada;
- 15.8.3. Planilha com as composições analíticas de fontes não SINAPI, se for o caso;
- 15.8.4. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro;
- 15.8.5. Prazo de execução.
- 15.9. A execução dos serviços será iniciada com a emissão da **Ordem de Serviço**, conforme modelo apresentado no **APENDICE I (148626683)**, cuja solicitação observará as seguintes etapas:
- 15.9.1. Diagnóstico;
- 15.9.2. Orçamentação;
- 15.9.3. Aprovação;
- 15.9.4. Emissão da Ordem de Serviço;
- 15.9.5. Execução;
- 15.9.6. Recebimento do Serviço.
- 15.10. A Ordem de Serviço será emitida com os dados básicos da contratação e, na execução, o servidor da Contratante que acompanhar os serviços deverá anotar o nome do responsável técnico pela execução dos serviços, a data da realização, o tempo utilizado para a execução computados desde o início dos serviços até a comunicação de serviço concluído feita pelo responsável da equipe, observações que julgar relevantes e o recebimento provisório quando do término dos serviços da Ordem de Serviço.
- 15.11. Toda e qualquer fonte de dados ou sistema a ser utilizado para a execução do serviço contratado deverá ser submetido à aprovação da Contratante.
- 15.12. Uma vez apurados os serviços a serem executados originados pela constatação de anormalidade por demanda direta das unidades dos demandantes envolvidos, a empresa Contratada deverá elaborar planilha com itens constantes da Tabela SINAPI de insumos e/ou serviços.
- 15.13. Para o caso do material ou serviço não constar na tabela SINAPI, **poderá** a Contratada utilizar-se dos sistemas de cotação conforme os itens 11.11, 11.12 e 11.13 e do presente Termo de Referência. Caso não seja encontrado deverá apresentar três cotações e conceder o mesmo desconto da proposta orçamentária.
- 15.14. As referidas planilhas, uma vez aprovadas, originarão as Ordens de Serviço para serviços eventuais corretivos só poderão ser consideradas atendidas após o aceite formal da Contratante e o carimbo e assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela empresa Contratada.
- 15.15. Cumpridas as etapas dos subitens anteriores, as Ordens de Serviço serão encaminhadas de imediato à empresa Contratada para faturamento.
- 15.16. A Contratante poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado.

- 15.17. A Contratante poderá propor a utilização de materiais, peças e acessórios existentes em seu almoxarifado ou depósitos, ou então fornecer materiais, peças e acessórios às suas expensas, retirando-se dessa forma os insumos aplicados, sem que isso altere o valor do ÍNDICE DE DESCONTO ofertado.
- 15.18. A Contratada deverá providenciar composição mínima para a equipe de manutenção de maneira a atender as necessidades de execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, de maneira rápida e eficiente, procurando sempre realizar os serviços no menor tempo possível e de preferência dentro de um mesmo turno de trabalho.
- 15.19. Quaisquer outros serviços e matérias não descritos nas tabelas, mas necessários, serão pagos mediante verificação prévia pela Contratada quanto à compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e, ainda, sendo aplicado o percentual de desconto ofertado pela Contratada.
- 15.20. As instalações e/ou peças que apresentarem defeitos ou problemas técnicos deverão ser substituídos por materiais novos, de configuração original ou superior, mediante a aprovação do executor do contrato.
- 15.21. Os serviços eventuais nas edificações e instalações prediais se caracterizam por modificações introduzidas nas configurações existentes por conta das alterações e supressões solicitadas pelo Contratante.
- 15.22. Os serviços de correção só poderão ser originados por consequência dos documentos oficiais oriundos das unidades da Contratante.
- 15.23. Esses serviços podem se constituir em alvenaria, divisórias, concreto, escavações, gesso acartonado, vidraçaria, pintura, acabamentos e revestimentos, instalações telefônicas, de lógica, elétricas e hidrossanitárias, louças e metais sanitários, impermeabilizações, transporte de entulho, serralheria, movimentação de terra, paisagismo, pátios de estacionamento e todos os outros serviços que possam ser demandados pela Contratante.
- 15.24. Dentre os serviços de correção encontram-se ainda as instalações de novos pontos de rede, divisórias e forros, sempre que for necessário e a fim de otimizar o tempo sem prejudicar o funcionamento das unidades da Contratante.
- 15.25. Os serviços de manutenção predial abrangem os seguintes tipos:
- 15.25.1. Serviços de demolição, remoção de esquadrias, substituição de cobertura e pisos;
- 15.25.2. Demolição e remoção de alvenaria, esquadrias, divisórias, instalações e forros;
- 15.25.3. Impermeabilização de reservatórios;
- 15.25.4. Impermeabilização com manta butilica;
- 15.25.5. Divisórias de granito, mármore ou naval;
- 15.25.6. Esquadrias metálicas (ferro ou aço) e de alumínio;
- 15.25.7. Instalação de vidros lisos, laminados ou temperados;
- 15.25.8. Revestimentos em emboço e reboco de paredes e tetos;
- 15.25.9. Aplicação de revestimentos cerâmicos;
- 15.25.10. Aplicação de forros de gesso e acartonado;
- 15.25.11. Tratamento de trincas, fissuras e juntas de dilatação;
- 15.25.12. Cobertura de fibrocimento;
- 15.25.13. Rede de combate a incêndio;
- 15.25.14. Instalações hidráulicas em PVC ou em aço galvanizado;
- 15.25.15. Rede coletora de esgoto;
- 15.25.16. Rede de águas pluviais;
- 15.25.17. Rede de telefonia e interfone;
- 15.25.18. Rede de dados Cat. 6;
- 15.25.19. Instalação de aterramento e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA;
- 15.25.20. Sistema de ar condicionado Split;
- 15.25.21. Raspagem e limpeza de terreno;
- 15.25.22. Meios-fios;
- 15.25.23. Drenagem pluvial;
- 15.25.24. Alambrados com tela galvanizada com aterramento;
- 15.25.25. jardim e grama;
- 15.25.26. Pintura;
- 15.25.27. Pintura de sinalização;
- 15.25.28. Forro de gesso, climatex;
- 15.25.29. Manta asfáltica;
- 15.25.30. Cobertura metálica;
- 15.25.31. Ar condicionado de parede, janela e central ou substituir por: Aparelhos e Sistemas de Ar Condicionado;
- 15.25.32. Poda de árvores.

- 15.26. A empresa Contratada executará todos e quaisquer serviços inerentes a alvenaria, bombeiro hidráulico, eletricista, técnico de rede e telefonia, marcenaria ou carpintaria, pintura, serralheria, vidraçaria, paisagismo e jardinagem, e demais serviços pertinentes à manutenção predial, conforme as necessidades registradas por meio de Ordem de serviço de serviços eventuais de correção, exceto quando se tratar de urgências ou emergências, devendo ser a Ordem de serviço ser registrada posteriormente.
- 15.27. De forma exemplificativa, são os seguintes os serviços a serem executados:
- 15.27.1. **Alvenaria:** todos e quaisquer serviços de pedreiro na recuperação, adequação, demolição, fechamento, com por exemplo: tijolos, concreto, estrutura, meio-fio, revestimentos, pisos, calçadas, granitos, mármore, caixas de passagem, canaletas, muros, pilares, vigas, impermeabilizações, escavações de vala, etc. e demais serviços inerentes.
- 15.27.2. **Impermeabilização de lajes de cobertura:** reparo de laje com manta asfáltica em monocamada de 4 mm, APP estruturada com tecido de poliéster, acabamento PP (polietileno propileno) revestida com alumínio, estruturada com poliéster.
- 15.27.3. **Instalações hidráulicas:** todos e quaisquer serviços de bombeiro hidráulico nas redes de água, esgoto e incêndio através da recuperação, adequação, modificação, por bombas e equipamentos de recalque, de elevação e pneumáticas, hidrantes completos, mangueiras, quadros de detecção, central de alarme, alarme sonoro, extintores de incêndio, válvulas, equipamentos de medição, detectores, tubos, sprinklers, conexões e sinalização.
- 15.27.4. **Instalações elétricas:** instalação de estações de trabalho (rede estabilizada) de novos circuitos, de tomadas de uso geral e de uso específico, ar condicionado, impressoras, e equipamentos elétricos, interruptores simples ou three-way, luminárias, reatores, quadros elétricos, iluminação de emergência, protetores de surto e banco de capacitores, calhas, dutos e canaletas.
- 15.27.5. **Serviços de rede e telefonia:** instalação de cabeamento telefônico, tomadas, cabos diversos, equipamentos de telecomunicação, cabeamento mais próximo até a sala através de eletrocalha existente, instalar condutele seal-tube até a divisória, e canaleta em PVC até a tomada telefônica padrão TELEBRAS, executar novos circuitos lógicos, fibra ótica e certificação de cabeamento lógico, fusão nos cabos de fibra ótica com conectores, seguindo normas técnicas, conectores macho e fêmea, conectorização seguindo as normas, identificação de novo cabo nas duas extremidades e no rack utilizando etiqueta.
- 15.27.6. **Marcenaria/carpintaria:** todos e quaisquer serviços de marcenaria ou carpintaria na recuperação, adaptação, modificação e confecção, por exemplo: divisórias, alisares, portas, batentes, esquadrias, estrutura de telhado, praticáveis, arquibancadas, tablados, forros de madeira, cabos de ferramentas, etc., confeccionados em compensado, madeira maciça, aglomerados, MDF, etc., incluindo acabamentos com vernizes, poliéster, laca, laminados, Fórmica™, pátina, laqueado, seladora, etc. e demais serviços inerentes.
- 15.27.7. **Pintura:** Todos e quaisquer serviços de pintura na recuperação, adaptação, modificação e confecção, por exemplo: paredes diversas, estruturas de concreto, meio-fio, tetos, portas, esquadrias, brises, equipamentos em geral, incluindo emassamento de paredes, tetos, portas e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura, inclusive eletrostática e demais serviços inerentes, devendo antes, recuperar as partes danificadas.
- 15.27.8. **Serralheria:** Todos e quaisquer serviços de serralheria na manutenção, recuperação, adaptação, modificação e confecção, como por exemplo: todo e qualquer tipo de suporte, portas, batentes, esquadrias, estruturas de telhado, estruturas metálicas em geral, praticáveis, arquibancadas, forro metálico, forro de PVC, estrutura de forro de gesso, alambrados, etc., confeccionados em alumínio, ferro fundido, chapas diversas, policarbonato, telas, fechaduras, dobradiças e ferragens em geral, molas de piso, molas aéreas, puxadores, brises e demais serviços inerentes.
- 15.27.9. **Vidraçaria:** Todos e quaisquer serviços de vidraçaria na manutenção, recuperação, substituição, adaptação, modificação e confecção, como por exemplo: esquadrias, espelhos, box e portas, bem como manutenção, recuperação, aplicação e remoção de películas de proteção solar, blindagem e outras de todo e qualquer tipo e finalidade e demais serviços inerentes.
- 15.27.10. **Paisagismo e jardinagem:** Retirada de mato e ervas daninhas, eliminado raízes, correção do solo, regularização, drenagem, manta de impermeabilização anti-raiz em toda sua superfície interna, terra vegetal livre de todos os materiais nocivos, isentas de plantas daninhas, adubação, plantio de arbustos altos e grama.
- 15.28. Quando da execução dos serviços, a empresa Contratada fica obrigada a:
- 15.28.1. Manter as condições de segurança necessárias à execução dos serviços, bem como permitir a utilização eficiente e rentável dos diferentes tipos de equipamentos;
- 15.28.2. Manter o local dos serviços limpo e periodicamente retirar o entulho conforme determinação da Contratante;
- 15.28.3. Os materiais resultantes, tais como: argamassa, calça e outros materiais inservíveis deverão ser removidos, obedecendo as normas legais pertinentes e em particular às recomendações do órgão local responsável pela coleta de lixo.
- 15.29. Com relação à execução dos serviços corretivos eventuais, é necessário observar que:
- 15.29.1. Todo e qualquer serviços em atraso, bem como aqueles que possam afetar as atividades normais da Contratante e ainda os determinados pelo executor do contrato, deverão ser executados fora do expediente normal, inclusive fins de semana e feriados, sem custo adicional;
- 15.29.2. Um responsável técnico com CAU e/ou CREA, conforme atribuições, onde deverá coordenar com o encarregado geral o acompanhamento, instrução, fiscalização e supervisão técnica de todas as frentes de trabalho, exigindo dos empregados qualidade, empenho, esmero e solicitude nas suas execuções, bem como cuidar para que os locais sejam devidamente isolados e sinalizados, sem ônus adicional à Contratante, com o objetivo de evitar acidentes e prejuízos às instalações e/ou pessoas;
- 15.29.3. Um responsável técnico com CAU e/ou CREA, conforme atribuições, e o encarregado geral deverão providenciar para que as equipes destacadas para os serviços façam suas refeições e gozem o intervalo de almoço em ambiente próprio e privativo, onde quer que estejam alocados;
- 15.29.4. Um responsável técnico com CAU e/ou CREA, conforme atribuições, deverá apresentar ao executor do contrato “*as built*” das modificações em forma de croqui, para fins de atualização das plantas das edificações;
- 15.29.5. A empresa Contratada deverá dispor de toda a estrutura de pessoal gerencial, administrativo e de apoio necessário ao perfeito cumprimento de todas as obrigações elencadas neste Termo, sem ônus adicional à Contratante;
- 15.29.6. A empresa Contratada deverá indicar preposto para gerenciar o cumprimento de todas as obrigações pactuadas, manter entendimentos gerenciais e administrativos com o executor do contrato, orientar, fiscalizar e supervisionar junto ao efetivo o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, bem como receber correspondências do executor do contrato e/ou transmiti-las à direção da empresa contratada.

16. DA DEMANDA (ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES):

- 16.1. A PMDF, para o cumprimento de sua missão constitucional no Distrito Federal dispôs o seu poder operacional com capilaridade suficiente para atender todas as 33 Regiões Administrativas que compõem o território do Distrito Federal, com mais de 30 Batalhões Operacionais, além de Unidades de apoio e administrativas, totalizando cerca de 88 unidades com sedes pertencentes à carga imobiliária da PMDF, em imóveis imóveis alugados, ou em cedidos.
- 16.2. A demanda levantada, objeto deste estudo, foi estimada com base nas edificações situadas nos endereços da PMDF, ou mesmo naqueles locados ou cedidos à Polícia Militar do Distrito Federal, em conformidade ao APÊNDICE L - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - ÁREAS DE DEMANDA - 149722018.
- 16.3. Sendo assim, a área total demandada das edificações (área construída) a serem mantidas foi estimada em **49.992m²** para a PMDF.

17. DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO:

- 17.1. Levando em consideração o levantamento realizado no Item **LEVANTAMENTO DA DEMANDA (ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES)** do ETP 120722872 , que expõe o recorte das necessidades de manutenção sob demanda, perquirindo as unidades contempladas, a área a ser mantida, e ainda, a priorização feita através de matriz de gravidade, urgência e tendência, a estimativa de custo foi realizada com base nas informações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção CBIC, sendo que os valores abaixo referem-se aos Custos Unitários Básicos

de Construção (CUB/m²), calculados de acordo com a Lei Fed. nº. 4.591, de 16/12/64 e com a Norma Técnica NBR 12.721:2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e são correspondentes ao mês de **JULHO DE 2024** (1497), de acordo com o Padrão Normal CSL-8 (Comercial Salas e Lojas) ao custo de 2.088,31 R\$/m².

17.2. **Memória de cálculo para precificação do valor unitário para inserir no Sistema de Registro de Preços (SRP):**

17.2.1. O Objeto, inicialmente, foi parcelado em lotes conforme a proximidade geográfica das unidades da PMDF, com o objetivo de equilibrar o dimensionamento e posterior execução do objeto, cada lote contém uma proporção de unidades, resultando em dois lotes principais destinados a Ampla Concorrência - AC (Lotes 01 e 03) e dois lotes destinados às Cotas reservadas - CR (Lotes 02 e 04), em conformidade a tabela a seguir:

Lotes PMDF	Unidades	Área Estimada a ser mantenedida
01 - Ampla Concorrência - AC Principal	13º Batalhão de Polícia Militar; 5º Comando de Policiamento Regional; 20º Batalhão de Polícia Militar; Regimento de Polícia Montada; Escola de Formação de Praças; Centro de Aperfeiçoamento; Escola de Aperfeiçoamento e Altos Estudos de Praças; Diretoria de Especialização e Aperfeiçoamento.	20.050
02 - Cota reservada	21º Batalhão de Polícia Militar; 19º Batalhão de Polícia Militar.	2.120
03 - Ampla Concorrência - AC Principal	Batalhão de Policiamento de Choque; Escola de Formação de Oficiais; 3º Batalhão de Polícia Militar; 5º Batalhão de Polícia Militar; Centro de Inteligência; Departamento de Logística e Finanças; Diretoria de Apoio Logístico e Finanças; Diretoria de Patrimônio, Transporte e Suprimento; Diretoria de Infraestrutura; DGP/CABE.	25.124
04 - Cota reservada	Centro de Perícias e Saúde Ocupacional; Centro Médico.	2.698
Total de área a ser mantenedida		49.992

17.2.2. Para a precificação foi realizado levantamento de custos em conformidade aos itens e serviços, para cada lote, presentes nas planilhas orçamentárias constantes no APÊNDICE J - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA LOTES 1 A 4 (PMDF) - SINTÉTICO COM VALOR DA MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTO E MATERIAL (149721734).

17.2.3. Os itens e serviços das planilhas orçamentárias foram estimados de forma a abarcarem as devidas manutenções nas partes e instalações dos edifícios da PMDF, em conformidade às suas respectivas características e dimensões, para o período de **01(um) ano**.

17.2.4. Ressalta-se que os itens e serviços das planilhas orçamentárias sintéticas foram estimados de forma a abarcarem as devidas manutenções e em função da experiência em contratos anteriores da PMDF com objeto similar, representando o m² de manutenção o custo de aproximadamente 1/5(um quinto) do CUB para o valor do m² de construção, somados ao BDI de 20,94%.

17.2.5. Os itens e serviços das planilhas orçamentárias foram estimados e distribuídos conforme uma lógica construtiva a qual resulta de forma recorrente nas manutenções realizadas na PMDF, seguindo as proporções da tabela abaixo:

ETAPA	media geral
Aprovações e projetos	5,56%
Serviços preliminares	5,05%
Movimentação de terra	0,07%

Fundações - infraestrutura	0,24%
Estrutura - superestrutura	0,31%
Alvenaria, vedações internas	5,59%
Cobertura	8,14%
Esquadrias	10,68%
Hidráulica	6,44%
Elétrica, logica	8,06%
Impermeabilização	2,54%
Pisos e revestimentos	12,57%
Vidros	5,27%
Pintura	14,87%
Complementares e limpeza	14,61%
Percentual total:	100,00%

- 17.2.6. Assim, os resultados das planilhas orçamentárias constantes no APÊNDICE J (149721734) para cada Lote são:
- 17.2.7. Cita-se que a modalidade mais vantajosa para a Administração se deu com o uso do BDI de 20,94% com base no regime previdenciário “não desonerado”.

LOTES PMDF	DESCRIÇÃO	Área Estimada a ser mantenedida	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI (20,94%) - APÊNDICE J (148626652)	CUSTO ANUAL DE MANUTENÇÃO POR m² (metro quadrado)
01 - Ampla Concorrência - AC Principal	Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI.	20.050	R\$ 10.127.656,00	R\$ 505,12
02 - Cota reservada	Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI.	2.120	R\$ 1.070.854,40	R\$ 505,12
03 - Ampla Concorrência - AC Principal	Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI.	25.124	R\$ 12.690.634,88	R\$ 505,12
04 - Cota reservada	Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não	2.698	R\$ 1.362.813,76	R\$ 505,12

	desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.			
--	---	--	--	--

- 17.2.8. Nota-se que os custos estimados por meio das planilhas orçamentárias quando relacionados com as respectivas áreas dos lotes resultam em um valor médio de manutenção anual por m² de **R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)**, o que corresponde a 1/5 do valor do CUB (2.088,31 R\$/m²) acrescido de BDI de 20,94%.
18. DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)
- 18.1. Para efeito de pagamento dos serviços executados serão assegurados o **BDI MÁXIMO** de 26,93% (vinte e seis inteiros e noventa e três centésimos por cento) para os itens cujo regime de tributação previdenciária seja o "desonerado" e 20,94% (vinte inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) para o regime previdenciário "não desonerado", para serviços com materiais inclusos, obedecendo o Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, em conformidade ao APÊNDICE K (148626474).
- 18.2. A composição do BDI deverá possuir as seguintes parcelas:
- 18.2.1. Administração Central;
- 18.2.2. Seguros;
- 18.2.3. Riscos e Imprevistos;
- 18.2.4. Garantias;
- 18.2.5. Despesas Financeiras;
- 18.2.6. Lucro Bruto; e
- 18.2.7. Tributos (PIS, COFINS e ISS).
- 18.3. Para efeito de valor final da proposta, o BDI deverá ser aplicado sobre o valor final do serviço já considerando o desconto na tabela SINAPI.
- 18.4. Os percentuais das rubricas integrantes para a composição do BDI, poderão variar para BAIXO ou para CIMA dos PERCENTUAIS MÁXIMOS estabelecidos pela Administração, desde que haja previsão legal para tais variações. As referidas variações poderão ocorrer em decorrência da estratégia comercial adotada pela Licitante competidora, e ainda que respeite o percentual máximo estimado apresentado para o BDI, conforme disposto no subitem 13.6;
- 18.5. Com relação ao subitem acima referenciado, a Administração se reserva no direito de exigir que a empresa competidora honre com todos os percentuais ofertados durante o processo competitivo, na fase de execução contratual.
- 18.6. Quando da apresentação da proposta de preços, o licitante vencedor deverá apresentar a **COMPOSIÇÃO DO BDI** conforme demonstrado tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO BDI - MANUTENÇÃO PREDIAL - NÃO DESONERADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	ADOTADO
1	Administração Central (AC)	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
2	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	7,40%
3	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	1,23%	1,39%	1,23%
4	Seguros, Garantia e Riscos (S, G, R)	1,77%	2,07%	2,27%	2,07%
4.1	Seguros (S)	0,40%	0,40%	0,50%	0,40%
4.2	Garantias (G)	0,40%	0,40%	0,50%	0,40%
4.3	Riscos (R)	0,97%	1,27%	1,27%	1,27%
5	TRIBUTOS (I)	4,65%			
5.1	ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	1,00%			
5.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65%			
5.3	COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	3,00%			
5.4	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta				
	BDI	17,34%	20,94%	24,86%	20,94%

$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$					
COMPOSIÇÃO BDI - MANUTENÇÃO PREDIAL - DESONERADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	ADOTADO
1	Administração Central (AC)	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
2	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	7,40%
3	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	1,23%	1,39%	1,23%
4	Seguros, Garantia e Riscos (S, G, R)	1,77%	2,07%	2,27%	2,07%
4.1	Seguros (S)	0,40%	0,40%	0,50%	0,40%
4.2	Garantias (G)	0,40%	0,40%	0,50%	0,40%
4.3	Riscos (R)	0,97%	1,27%	1,27%	1,27%
5	TRIBUTOS (I)	9,15%			
5.1	ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	1,00%			
5.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65%			
5.3	COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	3,00%			
5.4	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta	4,50%			
		23,15%	26,93%	31,05%	26,93%
$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$					

18.7. Cita-se que a fórmula mais recente é extraída das Orientações Para Elaboração De Planilhas Orçamentárias De Obras Públicas, Tribunal de Contas da União, 2014, página 91.

19. DA COTA RESERVADA

- 19.1. Por não haver prejuízo para o conjunto do objeto, o presente certame terá previsão de cota reservada (CR) para cada lote, com fundamento no Art. 48º inciso III da [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#) e ART 8º do [DECRETO Nº 35.592, DE 02 DE JULHO 2014](#), perfazendo um percentual aproximado de **11,46% do valor total da contratação.**
- 19.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal (Ampla Concorrência - AC) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- 19.3. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada em relação a essa condição.
- 19.4. Poderá ser contratado um único fornecedor, uma vez que se pode considerar que um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, acompanhamento e garantias dos serviços, desde que cumpridos todos os requisitos legais.

20. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

- 20.1. A PMDF tornou pública a intenção de realizar Pregão para o presente Registro de Preço, mediante a realização da IRP nº 12/2024, com encerramento às 23h59min do dia 09/08/2024, tendo como confirmação na participação os seguintes Órgãos interessados em contratar o objeto:
- 20.1.1. **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF)** conforme nova Justificativa de Participação SEI 148516524, com sua estimativa individual de área construída a ser mantida de **25.867,20m²**.
- 20.1.2. **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF)** conforme Justificativa anterior de Participação SEI 136536138, com sua estimativa individual de área construída a ser mantida de **150.005m²**.
- 20.1.3. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB)** conforme Justificativa de Participação SEI 148516756, com sua estimativa individual de área construída a ser mantida de **120.399,75m²**.

20.2. Tais locais e áreas demandadas estão elencadas conforme APÊNDICE L - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (149722018).

20.3. As Planilhas Orçamentárias referentes aos Órgãos participantes estão elencadas conforme o ANEXO III - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS LOTES 5 A 13 (SSP/DF; SEAPE/DF; IFB) - SINTÉTICO COM VALOR DA MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTO E MATERIAL - ORIGEM IRP nº 12/2024 (MANUTENÇÃO PREDIAL) - 149722498;

21. DA QUANTIFICAÇÃO DA SSP/DF

Lotes SSP/DF	Unidades	Área Estimada a ser mantenedida
05 - Ampla Concorrência - AC Principal	SEDE I; CIOB; SUDEC; GETRAM; Almoxarifado; Edifício W3 Norte.	22.103*
06 - Cota reservada	Hangar.	3.764*

*Conforme estimativa individual de demanda encaminhada à PMDF pela própria SSP/DF SEI 148516524.

22. DA QUANTIFICAÇÃO DA SEAPE/DF

Lotes SEAPE/DF	Unidades	Área Estimada a ser mantenedida
07 - Ampla Concorrência - AC Principal	CDP I; CDP II; PDF I; PDF II; CIR; PFDF.	131.005*
08 - Ampla Concorrência - AC Principal	CPP; DPOE.	19.000*

*Conforme estimativa individual de demanda encaminhada à PMDF pela própria SEAPE/DF SEI 136536138.

23. DA QUANTIFICAÇÃO DA IFB

Lotes IFB/DF	Unidades	Área Estimada a ser mantenedida
09 - Ampla Concorrência - AC Principal	CBRA; CCEI; CGAM; CSAM; CTAG; CREM; CPLA;	89.297*
10 - Cota reservada	CEST;	7.142*

11 - Cota reservada	CRIF;	6.610*
12 - Cota reservada	CSSB;	8.181*
13 - Cota reservada	RIFB.	9.171*

*Conforme estimativa individual de demanda encaminhada à PMDF pelo próprio IFB SEI 148516756.

24. DA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)
- 24.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 44.330/2023.
- 24.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 24.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 24.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 24.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 24.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 24.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 24.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
- 24.9. Só será permitida adesão/carona aos órgãos que utilizam o Comprasnet/Siasg.

25. DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO
- 25.1. A tabela abaixo apresenta um detalhamento das unidades a serem mantidas, apresentando as áreas, localização georeferenciada, e a estimativa de custo em função da dimensão das edificações.
- 25.2. Também foi realizada uma projeção dos custos mensais e do total de investimento anual e uma estimativa para os próximos 24 meses.
- 25.3. Como metodologia, a obtenção da estimativa do custo para as demandas dos órgãos vinculados (**SSP/DF; EAPE/DF e IFB**), é o resultando do índice obtido por meio das planilhas da PMDF, as quais, originaram o custo da manutenção anual por m² anual (R\$ 505,12), multiplicado pelas respectivas áreas construídas dos citados órgãos, a serem mantidas em conformidade ao resultados das IRPs.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:

ITEM	UNIDADES	ENDEREÇO	DIMENSÃO (m²)	LOCALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL SEM BDI (1/5)	VALOR DO BDI	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI (20,94%)	ESTIMATIVA DE GASTO MENSAL DA CONTRATAÇÃO	ESTIMATIVA DE GASTO GLOBAL (2 ANOS)
LOTE 01			20.050,00			R\$ 8.374.083,00	R\$ 1.753.573,00	R\$ 10.127.656,00	R\$ 843.971,32	R\$ 20.255.312,00
1.1	13º Batalhão de Polícia Militar	SOBRADINHO	2.100,00	https://maps.app.goo.gl/V6MCJQQAQaCvYICDob6	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 877.086,00	R\$ 183.666,00	R\$ 1.060.752,00	R\$ 88.396,00	R\$ 2.121.504,00
1.2	5º Comando de Policiamento Regional	SOBRADINHO	750,00	https://maps.app.goo.gl/kSyLMWryZJKNdMBp9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 313.245,00	R\$ 65.595,00	R\$ 378.840,00	R\$ 31.570,00	R\$ 757.680,00
1.3	20º Batalhão de Polícia Militar	PARANOÁ	2.400,00	https://maps.app.goo.gl/CEep5c4hU41ZCB929	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 1.002.384,00	R\$ 209.904,00	R\$ 1.212.288,00	R\$ 101.024,00	R\$ 2.424.576,00
1.4	Regimento de Polícia Montada	Riacho Fundo	6.600,00	https://maps.app.goo.gl/Ge983DURwVXVMc9r5	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 2.756.556,00	R\$ 577.236,00	R\$ 3.333.792,00	R\$ 277.816,00	R\$ 6.667.584,00

1.5	Escola de Formação de Praças	Taguatinga	6.200,00	https://maps.app.goo.gl/SYji5dBh8LOft3dcA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 2.589.492,00	R\$ 542.252,00	R\$ 3.131.744,00	R\$ 260.978,66	R\$ 6.263.488,00
1.6	Centro de Aperfeiçoamento	QNG Área Especial 44	140,00	https://maps.app.goo.gl/yg2Aq1qpWz5PcjHb7	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 58.472,40	R\$ 12.244,40	R\$ 70.716,80	R\$ 5.893,06	R\$ 141.433,60
1.7	Escola de Aperfeiçoamento e Altos Estudos de Praças	QNG Área Especial 44	960,00	https://maps.app.goo.gl/yg2Aq1qpWz5PcjHb7	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 400.953,60	R\$ 83.961,60	R\$ 484.915,20	R\$ 40.409,60	R\$ 969.830,40
1.8	Diretoria de Especialização e Aperfeiçoamento	QNG Área Especial 44	900,00	https://maps.app.goo.gl/b4L3epur4scvTqYC8	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 375.894,00	R\$ 78.714,00	R\$ 454.608,00	R\$ 37.884,00	R\$ 909.216,00
LOTE 02			2.120,00			R\$ 885.439,20	R\$ 185.415,20	R\$ 1.070.854,40	R\$ 89.237,86	R\$ 2.141.708,80
2.1	21º Batalhão de Polícia Militar	SÃO SEBASTIÃO	1.120,00	https://maps.app.goo.gl/b4L3epur4scvTqYC8	COTA RESERVADA	R\$ 467.779,20	R\$ 97.955,20	R\$ 565.734,40	R\$ 47.144,53	R\$ 1.131.468,80
2.2	19º Batalhão de Polícia Militar	PAPUDA	1.000,00	https://maps.app.goo.gl/ckC9H4Eswaet7PgA6	COTA RESERVADA	R\$ 417.660,00	R\$ 87.460,00	R\$ 505.120,00	R\$ 42.093,33	R\$ 1.010.240,00
LOTE 03			25.124,00			R\$ 10.493.289,84	R\$ 2.197.345,04	R\$ 12.690.634,88	R\$ 1.057.552,88	R\$ 25.381.269,76
3.1	Batalhão de Policiamento de Choque,	Setor Policial Sul Área 04	700,00	https://maps.app.goo.gl/YjgXTjicapJ7sq6x9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 292.362,00	R\$ 61.222,00	R\$ 353.584,00	R\$ 29.465,33	R\$ 707.168,00
3.2	Escola de Formação de Oficiais	Setor Policial Sul Área 04	8430,00	https://maps.app.goo.gl/E9WeDj1UjvQTx53SA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 3.520.873,80	R\$ 737.287,80	R\$ 4.258.161,60	R\$ 354.846,80	R\$ 8.516.323,20
3.3	3º Batalhão de Polícia Militar	SDN - ASA NORTE	3500,00	https://maps.app.goo.gl/XcKNVVESDhx8iBvj8	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 1.461.810,00	R\$ 306.110,00	R\$ 1.767.920,00	R\$ 147.326,66	R\$ 3.535.840,00
3.4	5º Batalhão de Polícia Militar	LAGO SUL	1120,00	https://maps.app.goo.gl/tats3125SzrNKiPBA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 467.779,20	R\$ 97.955,20	R\$ 565.734,40	R\$ 47.144,53	R\$ 1.131.468,80
3.5	Centro de Inteligência	Sudoeste	3120,00	https://maps.app.goo.gl/geXMIaymxzPLKfU69	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 1.303.099,20	R\$ 272.875,20	R\$ 1.575.974,40	R\$ 131.331,20	R\$ 3.151.948,80
3.6	Departamento de Logística e Finanças	Setor Policial Sul Área 04	1000,00	https://maps.app.goo.gl/CNxd4t1mhfFnStV86	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 417.660,00	R\$ 87.460,00	R\$ 505.120,00	R\$ 42.093,33	R\$ 1.010.240,00
3.7	Diretoria de Apoio Logístico e Finanças	Setor Policial Sul Área 04	981,00	https://maps.app.goo.gl/CNxd4t1mhfFnStV86	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 409.724,46	R\$ 85.798,26	R\$ 495.522,72	R\$ 41.293,56	R\$ 991.045,44
3.8	Diretoria de Patrimônio, Transporte e Suprimento	Setor Policial Sul Área 04	938,00	https://maps.app.goo.gl/CNxd4t1mhfFnStV86	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 391.765,08	R\$ 82.037,48	R\$ 473.802,56	R\$ 39.483,54	R\$ 947.605,12
3.9	Diretoria de Infraestrutura	Setor Policial Sul Área 04	1939,00	https://maps.app.goo.gl/CNxd4t1mhfFnStV86	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 809.842,74	R\$ 169.584,94	R\$ 979.427,68	R\$ 81.618,97	R\$ 1.958.855,36
3.10	DGP/CABE	Setor Policial Sul Área 04	3396,00	https://maps.app.goo.gl/kC3hj7VRnxKnS6Jj7	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 1.418.373,36	R\$ 297.014,16	R\$ 1.715.387,52	R\$ 142.948,96	R\$ 3.430.775,04
LOTE 04			2.698,00			R\$ 1.126.846,68	R\$ 235.967,08	R\$ 1.362.813,76	R\$ 113.567,80	R\$ 2.725.627,52
4.1	Centro de Perícias e Saúde Ocupacional	Setor Policial Sul Área 04	971,00	https://maps.app.goo.gl/ycaiMmsd3UnfbYAV7	COTA RESERVADA	R\$ 405.547,86	R\$ 84.923,66	R\$ 490.471,52	R\$ 40.872,62	R\$ 980.943,04
4.2	Centro Médico	Setor Policial Sul Área 04	1727,00	https://maps.app.goo.gl/Kkyf2iTjKbwrSc7a6	COTA RESERVADA	R\$ 721.298,82	R\$ 151.043,42	R\$ 872.342,24	R\$ 72.695,18	R\$ 1.744.684,48

TOTAL DA CONTRATAÇÃO			49.992,00			R\$ 20.879.658,72		R\$ 25.251.959,04	R\$ 2.104.329,86	R\$ 50.503.918,08
			TOTAL COM BDI SEM DESONERAÇÃO (20,94%)			R\$ 25.251.959,04			R\$ 2.104.329,86	R\$ 50.503.918,08
			TOTAL COM BDI COM DESONERAÇÃO (26,93%)			R\$ 26.502.550,81			R\$ 2.208.545,90	R\$ 53.005.101,62

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA:

ITEM	UNIDADES	ENDEREÇO	DIMENSÃO (m²)	LOCALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL SEM BDI (1/5)	VALOR DO BDI	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI (20,94%)	ESTIMATIVA DE GASTO MENSAL DA CONTRATAÇÃO	ESTIMATIVA DE GASTO GLOBAL (2 ANOS)
LOTE 05			22.103,00			R\$ 9.231.538,98	R\$ 1.933.128,38	R\$ 11.164.667,36	R\$ 930.388,93	R\$ 22.329.334,72
5.1	SEDE I	SDN - Asa Norte, Brasília - DF, 70620-000	5.113,00	https://maps.app.goo.gl/yC5Yi8dES1jUi5UJ9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 2.135.495,58	R\$ 447.182,98	R\$ 2.582.678,56	R\$ 215.223,21	R\$ 5.165.357,12
5.2	CIOB	SDN Conj. A Edifício Sede - Centro, Brasília - DF, 66650-000	4.122,00	https://maps.app.goo.gl/qya6gR3jKPG9QvJA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 1.721.594,52	R\$ 360.510,12	R\$ 2.082.104,64	R\$ 173.508,72	R\$ 4.164.209,28
5.3	SUDEC	SAAN QD 1 NM 890 900, SIA, Brasília/DF. CEP 70632100.	1.015,00	https://maps.app.goo.gl/1XpBGcJYdhdjX1CV6	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 423.924,90	R\$ 88.771,90	R\$ 512.696,80	R\$ 42.724,73	R\$ 1.025.393,60
5.4	GETRAM	SIA Trecho 4 - Guará, Brasília - DF, 71200-040	1.399,00	https://maps.app.goo.gl/kiQ8g1mcgtfHhDuJA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 584.306,34	R\$ 122.356,54	R\$ 706.662,88	R\$ 58.888,57	R\$ 1.413.325,76
5.5	Almoxarifado	SGO, Brasília, DF, 70655-775	1.897,00	https://maps.app.goo.gl/jrCTJonbz9fHY32GA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 792.301,02	R\$ 165.911,62	R\$ 958.212,64	R\$ 79.851,05	R\$ 1.916.425,28
5.6	Edifício w3 Norte	SEPN Comércio Residencial Norte 506 - Asa Norte, Brasília - DF, 70740-503	8.557,00	https://maps.app.goo.gl/7wgYghx5BhZ9LCcd9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 3.573.916,62	R\$ 748.395,22	R\$ 4.322.311,84	R\$ 360.192,65	R\$ 8.644.623,68
LOTE 06			3.764,00			R\$ 1.572.072,24	R\$ 329.199,44	R\$ 1.901.271,68	R\$ 158.439,30	R\$ 3.802.543,36
6.1	Hangar	Aeroporto Internacional de Brasília - Aeroporto, Brasília - DF, 71608-030	3.764,00	https://maps.app.goo.gl/rc37JY8u5weoM8QD9	COTA RESERVADA	R\$ 1.572.072,24	R\$ 329.199,44	R\$ 1.901.271,68	R\$ 158.439,30	R\$ 3.802.543,36
TOTAL DA CONTRATAÇÃO			25.867,00			R\$ 10.803.611,22		R\$ 13.065.939,04	R\$ 1.088.828,23	R\$ 26.131.878,08
			TOTAL COM BDI SEM DESONERAÇÃO (20,94%)			R\$ 13.065.939,04			R\$ 1.088.828,23	R\$ 26.131.878,08
			TOTAL COM BDI COM DESONERAÇÃO (26,93%)			R\$ 13.713.023,72			R\$ 1.142.751,97	R\$ 27.426.047,44

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA:

ITEM	UNIDADES	ENDEREÇO	DIMENSÃO (m²)	LOCALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL SEM BDI (1/5)	VALOR DO BDI	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI (20,94%)	ESTIMATIVA DE GASTO MENSAL DA CONTRATAÇÃO	ESTIMATIVA DE GASTO GLOBAL (2 ANOS)
------	----------	----------	---------------	-------------	--------------	--	--------------	---	---	-------------------------------------

LOTE 07			131.005,00			R\$ 54.715.548,30	R\$ 11.457.697,30	R\$ 66.173.245,60	R\$ 5.514.437,11	R\$ 132.346.491,20
7.1	CDP I	Complexo Penitenciário da Papuda	23.500,00	https://maps.app.goo.gl/m91wHQohn8gZxwHF9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 9.815.010,00	R\$ 2.055.310,00	R\$ 11.870.320,00	R\$ 989.193,33	R\$ 23.740.640,00
7.2	CDP II	Complexo Penitenciário da Papuda	23.500,00	https://maps.app.goo.gl/m91wHQohn8gZxwHF9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 9.815.010,00	R\$ 2.055.310,00	R\$ 11.870.320,00	R\$ 989.193,33	R\$ 23.740.640,00
7.3	PDF I	Complexo Penitenciário da Papuda	17.350,00	https://maps.app.goo.gl/FQzNMYoRFB7Nyvoa8	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 7.246.401,00	R\$ 1.517.431,00	R\$ 8.763.832,00	R\$ 730.319,33	R\$ 17.527.664,00
7.4	PDF II	Complexo Penitenciário da Papuda	17.350,00	https://maps.app.goo.gl/FQzNMYoRFB7Nyvoa8	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 7.246.401,00	R\$ 1.517.431,00	R\$ 8.763.832,00	R\$ 730.319,33	R\$ 17.527.664,00
7.5	CIR	Complexo Penitenciário da Papuda	26.144,00	https://maps.app.goo.gl/CuuaNvFUNE4WdRYU6	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 10.919.303,04	R\$ 2.286.554,24	R\$ 13.205.857,28	R\$ 1.100.488,10	R\$ 26.411.714,56
7.6	PFDF	Complexo Penitenciário da GAMA	23.161,00	https://maps.app.goo.gl/yHxWz6ceENgXSwlB7	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 9.673.423,26	R\$ 2.025.661,06	R\$ 11.699.084,32	R\$ 974.923,69	R\$ 23.398.168,64
LOTE 08			19.000,00			R\$ 7.935.540,00	R\$ 1.661.740,00	R\$ 9.597.280,00	R\$ 799.773,33	R\$ 19.194.560,00
8.1	CPP	SIA TRECHO 4 Nº 1750	16.500,00	https://maps.app.goo.gl/rohuCpChV3skGwiZ7	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 6.891.390,00	R\$ 1.443.090,00	R\$ 8.334.480,00	R\$ 694.540,00	R\$ 16.668.960,00
8.2	DPOE	Complexo Penitenciário da Papuda	2.500,00	https://maps.app.goo.gl/hcvv8rup3MLztfx7	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 1.044.150,00	R\$ 218.650,00	R\$ 1.262.800,00	R\$ 105.233,33	R\$ 2.525.600,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO			150.005,00			R\$ 62.651.088,30		R\$ 75.770.525,60	R\$ 6.314.210,44	R\$ 151.541.051,20
			TOTAL COM BDI SEM DESONERAÇÃO (20,94%)			R\$ 75.770.525,60			R\$ 6.314.210,44	R\$ 151.541.051,20
			TOTAL COM BDI COM DESONERAÇÃO (26,93%)			R\$ 79.523.026,37			R\$ 6.626.918,86	R\$ 159.046.052,75

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB:

ITEM	UNIDADES	ENDEREÇO	DIMENSÃO (m²)	LOCALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL SEM BDI (1/5)	VALOR DO BDI	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI (20,94%)	ESTIMATIVA DE GASTO MENSAL DA CONTRATAÇÃO	ESTIMATIVA DE GASTO GLOBAL (2 ANOS)
LOTE 09			89.296,00			R\$ 37.295.367,36	R\$ 7.809.828,16	R\$ 45.105.195,52	R\$ 3.758.766,28	R\$ 90.210.391,04
9.1	IFB Campus Brasília (CBRA)	SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Via L2 Norte, Asa Norte, Brasília-DF. CEP: 70.830-450	27.195,00	https://maps.app.goo.gl/qvXCykJq3EHjZwz47	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 11.358.263,70	R\$ 2.378.474,70	R\$ 13.736.738,40	R\$ 1.144.728,20	R\$ 27.473.476,80

9.2	IFB Campus Ceilândia (CCEI)	QNN 26, AE S/N, entre a UnB e a Linha do Metrô, Ceilândia Sul, Brasília-DF. CEP: 72.220-260	7.172,00	https://maps.app.goo.gl/na5uCQq3SrGdHR378	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 2.995.457,52	R\$ 627.263,12	R\$ 3.622.720,64	R\$ 301.893,38	R\$ 7.245.441,28
9.3	IFB Campus Gama (CGAM)	Rodovia DF-480, Setor de Múltiplas Atividades, Gama, Brasília-DF. CEP: 72.429-005	10.903,00	https://maps.app.goo.gl/My CSGjs8KBQOo9Do8	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 4.553.746,98	R\$ 953.576,38	R\$ 5.507.323,36	R\$ 458.943,61	R\$ 11.014.646,72
9.4	IFB Campus Samambaia (CSAM)	Rodovia DF-460, Complexo Boca da Mata, Lote 02, Samambaia, Brasília-DF. CEP: 72.304-300	11.062,00	https://maps.app.goo.gl/5DPqgJPmxPUlJvrbZ	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 4.620.154,92	R\$ 967.482,52	R\$ 5.587.637,44	R\$ 465.636,45	R\$ 11.175.274,88
9.5	IFB Campus Taguatinga (CTAG)	QNM 40, AE no 01, Taguatinga Norte, Brasília - DF, CEP: 72.146-050	11.199,00	https://maps.app.goo.gl/PQniy8iA3PZs9cRj6	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 4.677.374,34	R\$ 979.464,54	R\$ 5.656.838,88	R\$ 471.403,24	R\$ 11.313.677,76
9.6	IFB Campus Recanto das Emas (CREM)	Avenida Monjolo, Chácara 22, Núcleo Rural Monjolo, Recanto das Emas, Brasília-DF. CEP: 70.297-400	5.718,00	https://maps.app.goo.gl/A4LQT9UqNYxEq6jXA	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 2.388.179,88	R\$ 500.096,28	R\$ 2.888.276,16	R\$ 240.689,68	R\$ 5.776.552,32
9.7	IFB Campus Planaltina (CPLA)	Rodovia DF-128, Km 21, Zona Rural de Planaltina, Planaltina, Brasília-DF. CEP: 73.380-900	16.047,00	https://maps.app.goo.gl/Lsrp7WzFsWCoMA6c9	AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 6.702.190,02	R\$ 1.403.470,62	R\$ 8.105.660,64	R\$ 675.471,72	R\$ 16.211.321,28
LOTE 10			7.142,00			R\$ 2.982.927,72	R\$ 624.639,32	R\$ 3.607.567,04	R\$ 300.630,58	R\$ 7.215.134,08
10.1	IFB Campus Estrutural (CEST)	Quadra 16, AE no 01, Cidade do Automóvel, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, Estrutural, Brasília-DF. CEP: 71.255-000	7.142,00	https://maps.app.goo.gl/5wxkWpy92P17tkjPA	COTA RESERVADA	R\$ 2.982.927,72	R\$ 624.639,32	R\$ 3.607.567,04	R\$ 300.630,58	R\$ 7.215.134,08
LOTE 11			6.610,00			R\$ 2.760.732,60	R\$ 578.110,60	R\$ 3.338.843,20	R\$ 278.236,93	R\$ 6.677.686,40
11.1	IFB Campus Riacho Fundo (CRIF)	Avenida Cedro, AE no 15, QS 16, Riacho Fundo I, Brasília-DF. CEP: 71.826-006	6.610,00	https://maps.app.goo.gl/kySkLo2kjdzYzZtk6	COTA RESERVADA	R\$ 2.760.732,60	R\$ 578.110,60	R\$ 3.338.843,20	R\$ 278.236,93	R\$ 6.677.686,40
LOTE 12			8.181,00			R\$ 3.416.876,46	R\$ 715.510,26	R\$ 4.132.386,72	R\$ 344.365,56	R\$ 8.264.773,44
12.1	IFB Campus São Sebastião (CSSB)	Quadra 2, AE s/n, São Bartolomeu, São Sebastião, Brasília-DF, CEP: 71.697-040	8.181,00	https://maps.app.goo.gl/EBH3fHhSezusWcqs8	COTA RESERVADA	R\$ 3.416.876,46	R\$ 715.510,26	R\$ 4.132.386,72	R\$ 344.365,56	R\$ 8.264.773,44
LOTE 13			9.171,00			R\$ 3.830.359,86	R\$ 802.095,66	R\$ 4.632.455,52	R\$ 386.037,96	R\$ 9.264.911,04
13.1	IFB Reitoria (REITORIA)	Setor de Autarquias Sul - SAUS Quadra 2, Bloco E, Edifício Siderbrás, Asa Sul, Brasília-DF. CEP: 70.070-906	9.171,00	https://maps.app.goo.gl/gQVgwkJR94xSzD7bA	COTA RESERVADA	R\$ 3.830.359,86	R\$ 802.095,66	R\$ 4.632.455,52	R\$ 386.037,96	R\$ 9.264.911,04
TOTAL DA CONTRATAÇÃO			120.400,00			R\$ 50.286.264,00		R\$ 60.816.448,00	R\$ 5.068.037,31	R\$ 121.632.896,00
			TOTAL COM BDI SEM DESONERAÇÃO (20,94%)			R\$ 60.816.448,00			R\$ 5.068.037,31	R\$ 121.632.896,00
			TOTAL COM BDI COM DESONERAÇÃO (26,93%)			R\$ 63.828.354,89			R\$ 5.319.029,57	R\$ 127.656.709,79

A Tabela SINAPI a ser considerada para a execução dos serviços é a **Não Desonerada**, referente a unidade da federação do Distrito Federal (Brasília/DF), no preço fixado a contar da data de apresentação da proposta com a incidência do

A planilha orçamentária teve como fonte a Tabela **SINAPI 07/2024** Pesquisa de Mercado referentes às composições, ou seja, já incluso os custos com valor do material, mão de obra e equipamento.

26. DA QUANTIDADE DE ITENS:

UNIDADE	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Manutenção anual por m² (item)	Quantidade de itens de manutenção anual por m² a ser registrada.
PMDF	R\$ 25.251.959,04	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	49.992,00
SSP/DF	R\$ 13.065.939,04	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	25.867,20
SEAPE/DF	R\$ 75.770.525,60	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	150.005,00
IFB	R\$ 60.816.448,00	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	120.400,00
Todos	R\$ 174.904.871,68	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	346.264,00

27. DA QUANTIDADE DE ITENS POR LOTE:

LOTES		VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Quantidade de itens de manutenção anual por m² a ser registrada - ITEM R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos) .	
Nº	ÓRGÃO		LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA - AC	LOTES DE COTA RESERVADA - CR
01 - AC	PMDF	R\$ 10.127.656,00	20.050	
02 - CR	PMDF	R\$ 1.070.854,40		2.120
03 - AC	PMDF	R\$ 12.690.634,88	25.124	
04 - CR	PMDF	R\$ 1.362.813,76		2.698
05 - AC	SSP/DF	R\$ 11.164.667,36	22.103	
06 - CR	SSP/DF	R\$ 1.901.271,68		3.764
07 - AC	SEAPE/DF	R\$ 66.173.245,60	131.005	
08 - AC	SEAPE/DF	R\$ 9.597.280,00	19.000	
09 - AC	IFB	R\$ 45.105.195,52	89.296	
10 - CR	IFB	R\$ 3.607.567,04		7.142
11 - CR	IFB	R\$ 3.338.843,20		6.610
12 - CR	IFB	R\$ 4.132.386,72		8.181
13 - CR	IFB	R\$ 4.632.455,52		9.171
TOTAIS		R\$ 174.904.871,68	306.578	39686
PERCENTUAL DE COTA RESERVADA RELATIVO A AMPLA CONCORRÊNCIA				12,94%
PERCENTUAL DE COTA RESERVADA RELATIVO A CONTRATAÇÃO TOTAL				11,46%

28. DO PARCELAMENTO DO OBJETO:

28.1. O TCDF admite a limitação de lotes para que se evite falha na prestação do serviço. Tal excepcionalidade é permissível, tendo em vista que o princípio da legalidade convive com o cânone do interesse público, de forma que os princípios que norteiam os atos da Administração Pública, quando em confronto, indicam que deva prevalecer aquele que mais se coaduna com o da razoabilidade. Vale lembrar que o e. Tribunal já deliberou nesse sentido no âmbito do Processo n.º 2.464/2016-e, destacando-se o seguinte trecho do elucidativo voto

do e. Conselheiro Paulo Tadeu:

“(…) no caso de eventual falha na prestação dos serviços pela única empresa prestadora de serviços para todos os lotes, salvaguarda os princípios do interesse e da continuidade dos serviços públicos. Com a adoção da medida, há diminuição dos riscos da possibilidade da interrupção dos serviços prestados pela jurisdicionada, na sua essencial atividade fim. (...) Não se pode perder de vista que o objeto da licitação em voga pode ser considerado como essencial, porquanto a Caesb depende dos serviços que serão contratados para atender à sua finalidade institucional (...)”

- 28.2. Neste sentido, o presente procedimento licitatório se encaixa nos mesmos argumentos acima mencionados, sobretudo, quanto a essencialidade dos serviços a serem prestados, haja vista tratar-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda de manutenção predial corretiva e assim possibilitar a esta Secretaria atender a sua finalidade institucional.
- 28.3. Assim sendo, o Objeto foi parcelado em lotes conforme a proximidade geográfica das unidades e em conformidade às demandas dos respectivos órgãos, ficando os seguintes lotes:
- 28.3.1. 1, 2, 3 e 4 PMDF;
- 28.3.2. 5 e 6 SSP/DF;
- 28.3.3. 7 e 8 SEAPE/DF;
- 28.3.4. 9 a 13 IFB.
- 28.4. Os **Lotes 2, 4, 6, 10, 11, 12 e 13** foram destinados as entidades preferenciais em Cota Reservada com fundamento no Art. 23 e 26 da Lei 4.611/2011, sendo facultado o limite máximo de 25% para as cotas reservadas. Assim foi estabelecido, neste objeto, um percentual aproximado de 11,46 % do valor total da contratação para as cotas reservadas.
- 28.5. Os itens em Cota Reservada destinam-se exclusivamente para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 28.6. **Portanto, teremos o parcelamento do objeto em 13 Lotes, sendo os lotes 1,3,5,7, 8 e 9 como cotas principais (Ampla Concorrência) e os lotes 2,4,6,10,11,12 e 13 como Cotas Reservadas;**
- 28.7. Para a formação de preço e elaboração da Proposta, o licitante deverá proceder ao preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos: o maior percentual de desconto sobre o valor anual estimado para o lote/Grupo.
- 28.8. A contratação dos serviços deverá ser realizada pelo critério do maior desconto por LOTE, que será adjudicado para uma única empresa, não excluindo a possibilidade de uma mesma empresa ganhar mais de 1 (um) lote, desde que atenda as exigências do Termo de Referência e edital. Sendo assim, a adjudicação do objeto se dará por LOTE.
- 28.9. A fim de garantir o atendimento simultâneo de todos os órgão participantes e a ampla participação por parte das empresas na execução do objeto, a administração vai restringir a quantidade de 04 (quatro) lotes da licitação para os quais uma mesma empresa seja declarada vencedora. Com isso, a Administração espera visando assim a diminuição dos riscos da possibilidade da interrupção dos serviços prestados pela jurisdicionada, quando da efetiva contratação, diversificando as empresas.
- 28.10. Quando for atingido o limite estipulado no subitem anterior a licitante será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes (do 1º ao 13º), sendo vedada a escolha, pela proponente, dos lotes para os quais deseja a habilitação.
- 28.11. Considerando os apontamentos do Tribunal de Contas que analisou o Processo Administrativo nº. 112.003.018/2016 em que externou entendimento que a limitação de lotes por licitante é possível "para contratação de serviços públicos essenciais", desde que tal regra se mostre fundamental para se atingir o interesse público. O TCDF, admite a limitação de lotes para que se evite falha na prestação do serviço conforme:
- 28.12. Tal excepcionalidade é permissível tendo em vista que o princípio da legalidade convive com o cânone do interesse público, de forma que “os princípios que norteiam os atos da Administração Pública, quando em confronto, indicam deva prevalecer aquele que mais se coaduna com o da razoabilidade. Vale lembrar que o Tribunal já deliberou nesse sentido no âmbito do Processo n.º 2.464/2016-e, destacando-se o seguinte trecho do elucidativo voto do e. Conselheiro Paulo Tadeu:
- “(…) no caso de eventual falha na prestação dos serviços pela única empresa prestadora de serviços para todos os lotes, salvaguarda os princípios do interesse e da continuidade dos serviços públicos. Com a adoção da medida, há diminuição dos riscos da possibilidade da interrupção dos serviços prestados pela jurisdicionada, na sua essencial atividade fim. (...) Não se pode perder de vista que o objeto da licitação em voga pode ser considerado como essencial, porquanto a Caesb depende dos serviços que serão contratados para atender à sua finalidade institucional (...)”
- 28.13. Neste sentido, o presente procedimento licitatório se encaixa nos mesmos argumentos acima mencionados, sobretudo, quanto a essencialidade dos serviços a serem prestados, haja vista tratar-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial e assim possibilitar aos órgãos participantes da ARP atenderem as suas finalidades institucionais.

29. A APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E DA PROPOSTA DE PREÇO:

- 29.1. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços, em língua portuguesa, em moeda nacional do Brasil para cada Item cotado, conforme modelo de proposta constante do APÊNDICE F - MODELO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS (148626611), deste Termo de Referência.
- 29.2. Para efeito de conferência e padronização de procedimentos, deverão ser considerados nos cálculos dos itens que compõem o preço, os seguintes critérios de arredondamento:
- 29.3. Os percentuais utilizados deverão considerar apenas **as primeiras 2 (duas) casas decimais**;
- 29.4. Os valores monetários relativos aos centavos deverão considerar apenas **as primeiras 4 (quatro) casas decimais**.
- 29.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, conforme o art. 59. Lei nº 14.133/2021.
- "Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- § 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- § 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.
- § 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

- 29.6. **No objeto aqui tratado, será considerada inexequível a proposta com valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**
- 29.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 29.8. Será exigida a comprovação da exequibilidade da proposta independente do desconto ofertado, devendo ser comprovado a exequibilidade através do envio das composições unitária dos itens SINAPI.
- 29.9. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 29.10. A Tabela SINAPI a ser considerada para a execução dos serviços deverá estar de acordo com o adotado em cada item, referente a Unidade da Federação do Distrito Federal (Brasília/DF), no preço fixado a contar da data de apresentação da proposta com a incidência do percentual de desconto.
- 29.11. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 29.12. O licitante **não poderá alterar os coeficientes de mão de obra** das composições da SINAPI para que não haja conflito com as Convenções Coletivas de Trabalho, pois os **coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.**
- 29.13. Antes da elaboração de suas propostas, as licitantes deverão proceder à verificação e comparação minuciosa de todos os elementos técnicos fornecidos neste Termo de Referência e também no Edital de Licitação.
- 29.14. O valor mínimo admissível será o percentual estimado pela Administração Pública neste Termo de Referência. Todos os preços propostos pelo LICITANTE para cada item da planilha prevista anteriormente, assim como o percentual relativo a seu BDI, não poderão ultrapassar os valores de referência estipulados pela Administração em tais planilhas de preços.
- 29.15. A LICITANTE VENCEDORA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 29.16. Caso se verifique que a proposta apresentada contém eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a LICITANTE VENCEDORA, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.
- 29.17. As licitantes estarão IMPEDIDAS DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC 123/2006, conforme posicionamento externado pelo TCU no Acórdão TCU 797/2011 - Plenário.
- 29.18. O licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS.
- 29.19. Considerando o entendimento esposado pelo TCU (Acórdão nº 825/2010 - Plenário), os custos referentes aos treinamentos, eventuais capacitações/reciclagem, deverão estar contemplados no percentual de “Custos Indiretos/Despesas Administrativas”.
- 29.20. Durante a fase de análise e aceitação das propostas/planilhas de preços, caso haja dúvidas da área técnica relacionadas à adequação/exequibilidade dos preços unitários cotados pela LICITANTE em uma das planilhas que compõem os Apêndices, serão realizadas diligências no sentido de solicitar à empresa a apresentação comprovações que demonstrem efetivamente a adequação da sua proposta comercial aos preços de mercado.

30. DO CONSÓRCIO:

- 30.1. Em conformidade ao texto da Lei Federal nº 14.133/21, que em seu art. 15.que atribui que:
- "Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- (...)"
- 30.2. No tocante aos excertos do acórdão 2.831/2012, o Plenário do Tribunal de Contas da União confirmou o dever de a Administração motivar adequadamente (e de modo objetivo) a eventual opção pela não permissão de participação de consórcios em licitações.
- 30.3. Neste sentido, por se tratar o objeto deste Termo em serviços comuns de engenharia civil, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
- 30.4. Assim, entende-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.
- 30.5. Desta forma, verifica-se que o objeto a ser contratado não apresenta alta complexidade para o campo técnico da engenharia, bem como a escala da demanda, apesar das dimensões estimadas de área construída, deve ser compreendida de forma pontual, uma vez que as intervenções serão realizadas e planejadas em edificações que em média possuem cerca de 2.000m² de área construída e em sua grande maioria espaços destinados a atividades e funções administrativas, sem complexidade quanto às instalações e componentes edifícios.
- 30.6. A fim de garantir o atendimento simultâneo de todos os órgão participantes e a ampla participação por parte das empresas na execução do objeto, a administração vai restringir a quantidade de 04 (quatro) lotes da licitação para os quais uma mesma empresa seja declarada vencedora. Com isso, a Administração espera não se tornar refém das prestadoras de serviços públicos quando da efetiva contratação, diversificando as empresas.
- 30.7. **Portanto, para o o objeto deste Termo, a ausência da participação de empresas sob a forma de consórcio, objetiva exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, provavelmente reduziria o número de licitantes participantes.**

31. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 31.1. É permitida a subcontratação parcial dos serviços, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 31.1.1. Nos serviços de limpeza dos reservatórios de água;
- 31.1.2. Nos serviços de manutenção de no breaks e estabilizadores;
- 31.1.3. Nos serviços de enrolamento de motores;
- 31.1.4. Nos serviços de manutenção de grupos geradores;
- 31.1.5. Nos serviços de impermeabilização de pisos.
- 31.1.6. Outros serviços que necessitem de laudo ou relatório especializado, que não sejam de competência direta da Contratada;
- 31.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 31.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;
- 31.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não isentando a contratada original das responsabilidades contratuais e legais.

32. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO:

- 32.1. Como parâmetros para as exigências mínimas de qualificação técnica, serão consideradas de forma equilibrada as qualificações compatíveis com: **Características** (manutenções de edificações e instalações), **Quantidades mínimas** (aproximado a 50% da área de demanda a ser mantida), **Parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, e Prazo** (12 meses), em conformidade a Lei nº 14.133/2021, como segue:
- Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- (...)
- V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.
- (...)
- § 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- § 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.
- § 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- (...)
- § 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

32.2. PARA A COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DAS LICITANTES SERÃO EXIGIDOS OS DOCUMENTOS A SEGUIR:

32.2.1. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL:

- I - Comprovante de inscrição ou registro da Licitante (Pessoa Jurídica) junto à entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU) da localidade da sede da licitante, que demonstre a compatibilidade entre o objeto social da empresa e os serviços objetos da licitação.
- II - Apresentação de Atestado(s) de Capacidade(s) Técnica(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) ter a empresa licitante executado, ou esteja executando, serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, ao objeto proposto, contendo as características abaixo discriminadas, assim consideradas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Edificações que somem área construída mínima em m² (50% da área de cada lote)												
			LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5	LOTE 6	LOTE 7	LOTE 8	LOTE 9	LOTE 10	LOTE 11	LOTE 12	LOTE 13
01	MANUTENÇÕES DE EDIFICAÇÕES Manutenção em edificações e seus subsistemas (partes), componentes (elementos construtivos) e equipamentos a elas vinculados.	M²	10.025	1.060	12.562	1.349	11.052	1.882	65.503	9.500	44.649	3.571	3.305	4.091	4.586

III - **Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (APÊNDICE C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA (148626526)) - A** vistoria, sendo, neste caso, necessário apresentar em substituição à declaração de vistoria, Declaração formal de que assume as responsabilidades pela não realização da vistoria, assinada pelo representante legal.

IV - **Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. (APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA (148626584)).**

- 32.2.1.1. Será admitida para fins de comprovação de quantitativos mínimos do serviço a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitantes., vedando-se o somatório de áreas para a quantificação de dois ou mais atestados.
- 32.2.1.2. Será exigido a comprovação de capacidade técnica cumulativa para as licitantes que desejarem participar de mais de um lote, ou seja os quantitativos exigidos para cada lote deverão ser somados para habilitar nos lotes pretendidos, conforme Decisão TCDF nº 2.131/2022, tendo em vista que os serviços, de todos os lotes, serão executados de forma simultânea
- 32.2.1.3. Quando for atingido o limite da capacidade técnico operacional da proponente, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequente (s), observada a ordem sequencial dos lotes, do 1º ao 13º (primeiro ao décimo terceiro), sendo vedada a escolha, pela proponente, dos lotes para os quais deseja a habilitação (regra de transição sugerida na Decisão TCDF nº 5.277/2016).

32.2.2. **CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL:**

I - **Comprovante de inscrição ou registro dos Responsáveis Técnicos da Licitante habilitados nas áreas Engenharia Civil (Arquitetura), Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, para as atribuições constantes dos responsáveis técnicos pelos serviços, junto à entidade profissional competente (CAU e ou CREA da localidade da sede da licitante).**

II - **Apresentação de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, quantidades e prazo (no mínimo um ano) ao objeto proposto, contendo as características abaixo discriminadas, assim consideradas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:**

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL					EDIFICAÇÕES QUE SOMEM ÁREA COSTRUÍDA MÍNIMA EM M² (QUANTITATIVO REFERENTE A 50% DA ÁREA DE CADA LOTE)												
SERVIÇOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO PREDIAL EM EDIFICAÇÃO CARACTERÍSTICAS		descrição 1	descrição 2	descrição 3	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5	LOTE 6	LOTE 7	LOTE 8	LOTE 9	LOTE 10	LOTE 11	LOTE 12	LOTE 13
1. Aprovações e projetos	Manutenção e/ou execução; ou Recuperação e/ou substituição de:	PROJETO "AS BUILT" ARQUITETURA	PROJETO ACESSIBILIDADE/SINALIZAÇÃO	PROJETO DE INSTALAÇÃO DE INCÊNDIO	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
2. Serviços preliminares		MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
3. Alvenaria, vedações internas		ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL	DIVISORIA SANITÁRIA TIPO CABINE EM GRANITO	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
4. Cobertura		TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS com TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA,	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA,	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
5. Esquadrias		PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA,	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS,	CAIXILHO FACHADA ALUM.ANOD.PRETO-SILICONE	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
6. Hidráulica		MICTÓRIO SIFONADO LOUÇA BRANCA	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL	SISTEMA PRESSURIZACAO DE BOMBAS PARA INCENDIO 7,5CV	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
7. Elétrica, logica		QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 30 DISJUNTORES	SUBESTACAO TRANSFORMADORA 15KV GERAL DE 300A TRAF0 150KVA	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, CERTIFICAÇÃO DE REDE LÓGICA	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
8. Pisos e revestimentos		GRANITO HUMAITA 2cm EM FACHADA	FORRO DE GESSO ACARTONADO	PISO EM GRANILITE E MARMORITE OU GRANITINA, PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
9. Pintura		EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE,	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES,	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE,	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585
10. Complementares e limpeza		ALAMBRADO	TRAVESSIA MÉTODO NÃO DESTRUTIVO PARA DUTOS	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO	10.025	1.060	12.562	1.349	11.051	1.882	65.502	9.500	44.648	3.571	3.305	4.090	4.585

- 32.3. As características dos serviços exigidas nos itens de 1 a 10 das tabelas acima, não precisam constar simultaneamente em um mesmo atestado.
- 32.4. **Os atestados deverão conter pelo menos uma das três descrições de serviços da tabela anterior.**
- 32.5. Será admitida a apresentação de diversos atestados, que, em conjunto, comprovem a experiência do(s) profissional(is) na execução das atividades técnicas contidas nos itens de 1 a 10 das tabelas acima, contemplando todas as características exigidas, mesmo que em obras distintas.
- 32.6. Não será aceita a soma de atestados e respectivas áreas para a comprovação de uma mesma características dos serviços exigidas nos itens de 1 a 10 das tabelas acima.
- 32.7. Poderão ser apresentados atestados derivados de contratos distintos, desde que atendidos, no total, a equivalência das características e área mínima exigida para cada característica;
- 32.8. Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional indicado como responsável técnico pela licitante;
- 32.9. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.
- 32.10. **No(s) atestado(s) de Capacidade Técnica e nas CAT's, solicita-se, preferencialmente, que sejam destacadas as informações de interesse para a licitação, como: objeto (execução, supervisão, coordenação), área, responsáveis técnicos e características/ serviços necessários à comprovação.**
- 32.11. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica de construção de obras.
- 32.12. É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, **fato este que inabilitará as envolvidas.**
- 32.13. Os atestados, preferencialmente, deverão estar em arquivo PDF com reconhecimento óptico de caracteres (OCR) selecionáveis e pesquisáveis, com precisão adequada.
- 32.14. A licitante deverá apresentar, em conjunto com a documentação de habilitação um resumo com os atestados/CAT's devidamente numerados, e os dados a serem considerados para sua habilitação, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÕES/DADOS	À PREENCHER PELA LICITANTE
Nº DO ATESTADO	
DESCRIÇÃO DO ATESTADO	

EMPRESA CONTRATADA CONSTANTE NO ATESTADO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:	
Nº DA CAT:	
RESPONSÁVEL TÉCNICOCONSTANTE NA CAT	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (CARACTERÍSTICAS) E QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (CARACTERÍSTICAS) E QUANTIDADE MÍNIMA PRESENTE NO ATESTADO E OU NA CAT	
PÁGINADA DE COMPROVAÇÃO NO ATESTADO E OU NA CAT	

- 32.15. Dos Documentos complementares:
- 32.16. A Licitante poderá, a seu critério, encaminhar, de forma complementar à documentação de qualificação, a fim de auxiliar a análise e conferência das informações requeridas no processo licitatório a(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART) e ou o(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT)**: referente às Certidões de Acervo Técnico apresentadas para a capacitação técnico-profissional.
- 32.17. Quando da celebração do contrato, o(s) Responsável(eis) técnico(s) indicado(s), **na Declaração de Membros da Equipe Técnica** (item 15.8.3.1 II), deverá(ão) fazer parte do quadro da Empresa (funcionários ou sócios), comprovando-se essa condição por meio de cópia autenticada da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, nesse caso, deverá ser acompanhada de extrato do INSS no qual conste esse vínculo, ou pelo Contrato Social da Empresa, CRC da NOVACAP ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA/CAU, para o sócio ou proprietário, ou ainda possuir contrato(s) de prestação de serviço entre o(s) responsável(is) técnico(s) e a empresa licitante, firmado(s), conforme legislação civil.
- 32.18. As licitantes quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante em local em que foram executadas o serviços de manutenção predial.
33. VISTORIA PRÉVIA
- 33.1. A Vistoria Técnica se faz necessária, tendo em vista as condições das instalações existentes, os quais, exigirão conhecimento prévio das condições e peculiaridades para o planejamento de sua proposta de execução do objeto.
- 33.2. A vistoria deverá ser previamente agendada por representante da Contratada, junto à Diretoria de Infraestrutura do Departamento de Logística e finanças da PMDF, pelos telefones (61)3190-5659/ 3190-5665.
- 33.3. OS LOCAIS A SEREM VISTORIADOS ESTÃO DESCRITOS NO ITEM 25 DO TERMO DE REFERENCIA, BEM COMO NO APÊNDICE L, CONTENDO UM HIPERLINK GEORREFERENCIADO (149722018).
- 33.4. É vedada a realização de vistoria, pelas empresas interessadas, em data e horários simultâneos. As empresas interessadas deverão realizar vistoria de forma individualizada, podendo ser acompanhada por integrante(s) da PMDF.
- 33.5. Para realizar a vistoria, o Responsável Técnico pela licitante deverá apresentar o registro profissional e documento que comprove vínculo com a empresa.
- 33.6. A empresa que realizar a vistoria deverá apresentar a Declaração, conforme modelo disponível no APÊNDICE C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA, (148626526) atestando que vistoriou, por intermédio de seu Representante, os locais e instalações da prestação dos serviços, tendo então pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços, devendo tal vistoria ser realizada até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.
- 33.7. A Licitante poderá declinar de realizar a vistoria prévia devendo incluir em sua documentação, declaração formal de profissional técnico habilitado no CREA/CAU ou atestado de vistoria, emitido pela Contratante, afirmando que a empresa proponente tomou conhecimento pleno das condições e peculiaridades acerca do objeto.
- 33.8. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as Licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.
34. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA:
- 34.1. Não se aplica a este objeto, um vez que trata-se de serviços eventuais de engenharia de operação e manutenção predial, restando, portanto a Administração exigir a apresentação da qualificação técnico-operacional que consiste na demonstração de aptidão, pela empresa proponente, para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e a capacidade técnico-profissional que tem por finalidade comprovar se as empresas participantes do certame dispõem, para a execução do contrato, de profissional reconhecido pela entidade de classe competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto similar ao licitado.
35. DO REGIME DE EXECUÇÃO:
- 35.1. Se demonstra adequado o Regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, em conformidade a Lei nº 14.133/2021 como segue:
"XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;"
(...)
Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:
I - empreitada por preço unitário;
II - empreitada por preço global;
III - empreitada integral;
IV - contratação por tarefa;
V - contratação integrada;
VI - contratação semi-integrada;
VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

36.

DOS PRAZOS:
- 36.1.

Prazo de Vigência Contratual
- 36.1.1.

O Contrato terá vigência de: 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.
- 36.2.

Prazo de Execução do Objeto
- 36.2.1.

O prazo de execução do objeto do contrato será de 12 (doze) meses, conforme cronograma apresentado pela contratada, contados a partir do décimo dia, após o recebimento da Ordem de Serviço, autorizando o início dos serviços.
- 36.3.

Admitir-se-á uma tolerância máxima de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do respectivo contrato, para que a licitante vencedora esteja operando de acordo com todos os requisitos previstos neste Termo de Referência e em seus APÊNDICES e ANEXOS.
37.

DO CRONOGRAMA DE ENTREGA:
- 37.1.

O APÊNDICE H - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (149721382) é meramente estipulativo, apenas para a melhor compreensão da divisão mensal estimada.
- 37.2.

A CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, após a assinatura do contrato, um planejamento completo para implantação dos serviços, contendo cronograma detalhado das atividades a serem executadas pela CONTRATADA para implementação efetiva do serviço de manutenção predial.
38.

INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO
- 38.1.

A CONTRATADA obrigar-se-á ao cumprimento do Acordo de Níveis de Serviço, conforme os indicadores descritos neste Termo, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.
- 38.2.

Estes indicadores definem, em base compreensível, observável e comprovável, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações ao pagamento, conforme previsão no inciso I, da Instrução Normativa nº 02/2008 (IN-02), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- 38.3.

Em atenção ao recomendado na referida IN-02, no §4º do Art. 11:

*"Para a adoção do Acordo de Nível de Serviço é preciso que exista critério objetivo de mensuração de resultados, preferencialmente pela **utilização de ferramenta informatizada**, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos."*
- 38.4.

A CONTRATANTE irá avaliar o nível do serviço executado conforme os registros das demandas e suas soluções, bem como a observação dos itens previstos nas OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA e nas demais partes deste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 38.5.

Os serviços serão classificados em quatro indicadores e as metas a cumprir, o mecanismo de cálculo, as sanções etc. serão aqueles definidos em conformidade ao APÊNDICE B - INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO (148626536).
39.

DO ACOMPANHAMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇOS
- 39.1.

Os ativos patrimoniais a serem mantidos, são os sistemas elétricos, hidrossanitários, equipamentos de ar condicionado, redes elétricas convencionais, nobreak, grupos geradores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, telhados e impermeabilizações, infraestrutura interna e externa, acabamentos e conservação predial e arquitetônica e a prestação de serviços eventuais de instalações, adequações, reparos de circuitos elétricos, pintura, serralheria, marcenaria, soldagem, esquadrias, divisórias, vidraçaria, gesso e outros componentes acessórios implícitos e necessários ao perfeito, completo e contínuo funcionamento das instalações, conforme discriminação constante deste Termo de Referência.
- 39.2.

A partir da data de início do contrato, a empresa Contratada deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado para atender a execução dos serviços necessários por intermédio da Ordem de Serviço expedida, através de ambiente de Internet e telefone, durante o horário proposto para atendimento. Este serviço compreende uma estrutura de suporte para acompanhamento de chamadas técnicas, bem como o acionamento e controle de deslocamentos técnicos.
- 39.3.

A descontinuidade do funcionamento deste sistema repercute na inexistência do controle do material e mão de obra inviabilizando o ateste da fatura mensal.
- 39.4.

A Contratada deverá apresentar relatórios e históricos das Ordens de Serviços abertas e fechadas, como também, os descritivos de soluções dadas a cada uma das OS a cada pagamento.
- 39.5.

As Ordens de Serviços serão emitidas pela Contratante, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade.
- 39.6.

Quando se tratar de serviços de maior complexidade de execução, seja por questões técnicas ou pelo volume de serviço, a empresa Contratada deverá estabelecer e registrar de comum acordo com o executor do contrato, em cada Ordem de serviço, as datas de início e de conclusão, que só poderá ser prorrogada em caráter excepcional, mediante prévia concordância deste.
- 39.7.

O agendamento da execução desses serviços emergenciais não poderá comprometer o bom andamento das demais Ordens de Serviço em andamento, ou seja, suas conclusões dentro dos prazos estipulados, cabendo à empresa Contratada viabilizá-los com uso, se necessário, de outros profissionais além do já em atividade, sem ônus adicional à Contratante.
- 39.8.

A empresa Contratada deverá iniciar e concluir os serviços, cumprindo as datas referidas nos subitens anteriores e estabelecidas na previsão de atendimento de cada Ordem de Serviço.
- 39.9.

O atendimento para serviços corretivos ocorrerá em dias úteis, em horário comercial, através de solicitação do sistema informatizado e, para solicitações fora desse horário, a empresa Contratada deverá manter um funcionário com contato telefônico fixo ou celular para atender às solicitações emergenciais que porventura surgirem.
- 39.10.

A Contratada deverá apresentar solução de atendimento eletrônico, podendo ser via e-mail ou outro tipo de ferramenta, a exemplo: tipo “nuvem”, para abertura e fechamento dos chamados com emissão das Ordem de Serviço eletronicamente, sua respectiva aprovação, ou não, como também o acompanhamento das Ordem de Serviço. Qualquer custo referente a esse processo caberá a CONTRATADA, sem ônus a CONTRATANTE.
- 39.11.

O levantamento dos preços dar-se-á de acordo com os valores atuais da Tabela SINAPI (última planilha divulgada) no ato da contratação, mantendo- se o percentual de desconto oferecido para cada item no processo licitatório, considerando, prioritariamente, a base do SINAPI, referente ao Distrito Federal.
- 39.12.

Na eventualidade dos serviços ou insumos não estarem no SINAPI, serão utilizados os bancos de dados abaixo hierarquizados:
- 39.12.1.

SINAPI - Distrito Federal
- 39.12.2.

SBC - Distrito Federal

39.12.3.	SICRO3 - Distrito Federal
39.12.4.	ORSE - Sergipe
39.12.5.	SEINFRA - Ceará
39.12.6.	IOPEs - Espírito Santo
39.12.7.	CPOS/CDHU - São Paulo
39.12.8.	SIURB - São Paulo
39.12.9.	FDE - São Paulo
39.12.10.	SETOP - Minas Gerais - Central
39.12.11.	AGETOP CIVIL - Goiás
39.12.12.	AGESUL - Mato Grosso do Sul
39.12.13.	EMBASA - Bahia
39.12.14.	CAERN - Rio Grande do Norte
39.12.15.	EMOP - Rio de Janeiro
39.13.	Caso o serviço a ser composto não conste em nenhuma das fontes citadas, a CONTRATANTE elaborará Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser apurada a média entre no mínimo três cotações de mercado e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação.
39.14.	Após a contratação dos serviços deverá ser aberta ordem se serviço para iniciar a execução dos serviços.
39.15.	A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a PMDF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
39.16.	Para garantia de pronto atendimento, sob pena de não cumprir o Acordo de Níveis de Serviço e incorrer em multa contratualmente prevista, a CONTRATADA deverá manter, às suas próprias custas, estoque mínimo de materiais, os quais somente serão pagos quando de sua efetiva utilização.
39.17.	No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos utilizados nas edificações da PMDF.
39.18.	No caso de não mais existir determinado material no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável, como qualidade no serviço) deverá ser procedida sua substituição por equivalentes de qualidade igual ou superior.
40.	DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
40.1.	Reza a Lei Federal nº 14.133/21, art. 117 que os contratos firmados pela Administração Pública serão acompanhados e fiscalizados por representantes da mesma. "Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição."
40.2.	O recebimento e aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-á da seguinte forma, em conformidade ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021:
40.2.1.	Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
40.2.2.	Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
40.3.	A fiscalização deverá recusar o recebimento provisório dos serviços, enquanto houver pendências, inclusive a entrega de Termos de Entrega Provisórios e Definitivos e/ou demais documentos necessários solicitados pela Contratada.
40.4.	Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.
40.5.	Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo executor do contrato, com a devida apresentação do Termo de Recebimento Definitivo.
40.6.	Os serviços que forem entregues em desacordo com o especificado/solicitado na Ordem de Serviço, deverão ser refeitos pela contratada em até 07 (sete) dias corridos e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.
40.7.	O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado, desde que comprovada a necessidade de prorrogação ao executor do contrato.
40.8.	Caso após o recebimento provisório constatar-se que os serviços possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.
40.9.	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a Contratada de sua responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.
41.	DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA DO BEM OU DO SERVIÇO:
41.1.	Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia mínima prevista no APÊNDICE A (148626568) A deste Termo de Referência, contados do recebimento definitivo.
41.2.	Durante o prazo de garantia a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação e sem ônus para a Contratada. A contratada deverá promover, a qualquer tempo, a revisão/correção dos serviços, visando a adequação exigida pela FISCALIZAÇÃO, órgãos de controle do GDF e ou quando da constatação de qualquer erro, vício, incompatibilidades, etc.
41.3.	Os prazos de garantia dos serviços, equipamentos e materiais, fornecidos, executados e ou instalados, pela contratada, serão, quando couber, aqueles informados pelo fabricante. Quando da falta, omissão ou inexistência de prazo de garantia pré-estabelecido, este será definido conforme diretrizes e prazos descritos no Anexo "D" da NBR 15575-1:2013 - ABNT.

42.

DAS FERRAMENTAS E MÁQUINAS
- 42.1.

A empresa Contratada deverá possuir todas as ferramentas e equipamentos necessários para o bom desempenho dos serviços.
- 42.2.

Essas ferramentas e equipamentos ficarão sob a total responsabilidade da empresa Contratada e deverão ser mantidos em perfeito funcionamento, recebendo as manutenções preventivas e corretivas necessárias sem ônus adicional.
- 42.3.

As máquinas, equipamentos e ferramentas que se fizerem necessárias à execução dos serviços deste Termo de Referência serão fornecidos pela empresa contratada sem ônus adicional à Contratada.
- 42.4.

As peças, acessórios, utensílios e materiais de consumo e/ou reposição para o funcionamento e uso das ferramentas e máquinas serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada, sem ônus adicional para a Contratante.
43.

DOS MATERIAIS
- 43.1.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.
- 43.2.

Os insumos, peças, componentes e equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade, consagrados no mercado nacional e aprovados pelo executor do contrato.
- 43.3.

Em caso de divergência sobre a qualidade de algum insumo ofertado e considerado pela Contratante como não sendo de primeira qualidade, a empresa Contratada deverá apresentar, se for de seu interesse, laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto de Metrologia e Qualidade – INMETRO, como contraprova de boa qualidade do produto ofertado, para aprovação do material, sem ônus à Contratante.
- 43.4.

Marcas e produtos consagrados no mercado nacional admitem similaridade se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas técnicas e desde que previamente aceito pela Contratante.
- 43.5.

A similaridade indicada refere-se ao atendimento dos requisitos e critérios mínimos de desempenhos especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de composição de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pelo executor do contrato antes da efetiva utilização do produto, mediante apresentação do material proposto pela empresa Contratada, laudos técnicos do material, laudos técnicos compara vos entre o produto especificado e o produto alternativo, emiti dos por laboratórios, sem ônus para a Contratante.
- 43.6.

No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da Contratante, ou, em não havendo mais no mercado(retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) substituição por similar ou superior em qualidade.
- 43.7.

A empresa Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com os prazos definidos em conjunto com o executor do contrato. Não será admitida alegação de atraso pelos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.
- 43.8.

Se julgar necessário, o executor poderá solicitar à empresa Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela empresa contratada e executados por laboratórios aprovados pelo executor do contrato.
- 43.9.

Todos os materiais, peças e sucatas originários dos serviços deverão ser apresentados ao executor do contrato, e caso este defina que esses itens sejam inservíveis, a empresa Contratada deverá tratá-los como entulho e providenciar o descarte, sem ônus adicional para a Contratante.
44.

DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- 44.1.

Quando da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar:
- 44.1.1.

Prova de inscrição ou Registro dos seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente da região a que estiver vinculada, na categoria Engenharia/Arquitetura.
- 44.1.2.

A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da Contratada, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.
45.

DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS:
- 45.1.

A Lei nº 14.133/2021 fixa que o termo inicial da contagem da periodicidade mínima para o reajuste é a data do orçamento estimado, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, “em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos” (art. 92, § 3º).
- "§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos."
- 45.2.

Cita-se que este objeto terá prazo definido de execução de 12(doze) meses, porém, caso se faça necessário, será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC publicado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 45.3.

Os valores contratuais poderão ser repactuados e reajustados, observado o interregnos mínimos de 1(um) ano, assim, o interregno mínimo de 1(um) ano para a primeira repactuação e reajuste será contado a partir:
- 45.4.

O orçamento estimado pela Administração constante do instrumento convocatório tem como data base Julho/2024 (publicado em 09 de julho de 2024 referente a SINAPI - 07/2024), a qual será a base para os possíveis reajustamento de preços - 09/07/2024.
- 45.5.

Para efeito de possíveis cálculos será baseado com fulcro no § 1º, art. 3º da Lei nº 10.192/2001, por meio da fórmula:

R= V x ((1 - IO)/IO
Onde:
R = Valor do reajustamento
V = Valor total das parcelas em saldo contratual previstas no cronograma físico-financeiro, contados a partir da periodicidade anual da data limite do orçamento referência desta licitação.
I1 = Coluna 35 da FGV (INCC) - Edificações - correspondente ao 12º mês posterior à data do orçamento (Planilha Estimativa de Custo, apresentada pela PMDF, referência deste processo licitatório);
IO = Coluna 35 da FGV (INCC) - Edificações - correspondente ao mês da elaboração do orçamento (Planilha Estimativa de Custo, apresentada pela PMDF, referência deste processo licitatório).
- 45.6.

A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
46.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

- 46.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 46.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da Administração Pública especialmente designado ou comissão designada na forma dos artigos art. 117 e 140 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 46.3. A fiscalização da prestação dos serviços poderá ser exercida por 01 (uma) comissão nomeada pela CONTRATANTE.
- 46.4. À Comissão competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à CONTRATADA, como também sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.
- 46.5. FISCALIZAÇÃO não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou dos funcionários e prepostos da CONTRATADA.
- 46.6. A CONTRATADA deverá submeter-se aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela FISCALIZAÇÃO, tais como os diários de manutenção, controles de acesso e de presença das equipes, controles de emprego de materiais e outros.
- 46.7. Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
- 46.8. A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato.
47. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:
- 47.1. **DAS MEDIÇÕES:**
- 47.1.1. Os quantitativos de materiais e serviços utilizados neste Termo de Referência são referenciais e destinam-se a definição dos valores base da licitação. Tais quantitativos poderão ser aumentados ou reduzidos em decorrência da variação da demanda dos serviços de manutenção ou dos serviços eventuais.
- 47.1.2. Somente poderão ser considerados para efeito de aceitação para as medições, os serviços efetivamente prestados e os materiais, peças, partes e componentes devidamente fornecidos pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, em conformidade com as especificações técnicas e obedecidos os demais critérios, condições e recomendações trazidos no Edital, no instrumento contratual e seus anexos.
- 47.1.3. Mensalmente, antes da emissão da fatura de pagamentos, serão realizadas medições dos serviços realizados e materiais utilizados no atendimento do objeto da futura contratação, aplicando-se ainda o desconto ofertado na proposta licitada.
- 47.1.4. A cotação dos preços para o fornecimento do material ou serviço solicitado seguirá a seguinte hierarquia:
- 47.1.4.1. 1º - Base SINAPI (CEF);
- 47.1.4.2. 2º - Demais base de preço público da construção civil indicados no item 9.6 do termo de referência.
- 47.1.4.3. 3º - Menor preço apurado em pesquisa de mercado com no mínimo 3 (TRÊS) orçamentos.
- 47.1.5. Caso não seja possível a coleta de no mínimo 3 (três) orçamentos, deverá ser apresentada uma justificativa para cada caso.
- 47.1.6. Os preços, sempre que possível, serão referentes à tabelas vigentes na data de apresentação das propostas do certame licitatório, adotando-se o mercado de Brasília-DF; preservando-se, em todo caso, as hipóteses de reajuste e revisão estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21, observada a periodicidade legal.
- 47.1.7. A realização do serviço somente será autorizada a ser executado após a anuência da FISCALIZAÇÃO e a abertura da OS.
- 47.2. **DOS PAGAMENTOS:**
- 47.2.1. O pagamento será realizado em conformidade com as etapas executadas, que serão faturadas de acordo com as medições apresentadas e aprovadas pela Comissão executora, após ter sido evidenciada a total execução/entrega dos itens que as compõem.
- 47.2.2. Nas planilhas de pagamento, após a discriminação dos serviços com preços da Tabela SINAPI, será aplicado o desconto ofertado na proposta comercial e acrescida a taxa de BDI.
- 47.2.3. O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa contratada, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.
- 47.2.4. A Contratada deverá emitir notas fiscais/faturas diferenciadas para materiais e serviços, detalhando os serviços executados e os materiais utilizados para a execução dos serviços.
- 47.2.5. Na nota fiscal dos materiais e do serviço, deverá constar a quantidade e a especificação de cada item, o valor do desconto em percentual e o valor total de utilização com o desconto aplicado.
- 47.2.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.
- 47.2.7. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 47.2.8. A nota fiscal detalhada é considerada como requisito para aposição do Atesto no documento pelo fiscal do Contrato.
- 47.2.9. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, recepcionada no Distrito Federal pela Decreto nº 38.934/2018, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 47.2.9.1. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 47.2.9.2. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada; e,
- 47.2.9.3. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a operações duplicadas, irregulares, multas ou indenizações devidas pela Contratada ou que apresentem inconsistências nos relatórios apresentados, que inviabilizem a pronta identificação da procedência da transação, nos termos do contrato, independentemente das demais cominações legais.
- 47.2.10. Os pagamentos das faturas estão condicionados à aprovação dos serviços executados, medidos pela Comissão executora e/ou pelos Órgãos Administrativos e concessionárias, quando exigidos na respectiva etapa, e da apresentação das ARTs ou RRTs que se fizerem necessárias.
- 47.2.11. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela empresa contratada, em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos, e cronograma Físico-financeiro aprovados pela Comissão executora.

- 47.2.12.

O pagamento das notas fiscais ficará condicionado a apresentação dos seguintes documentos:
- 47.2.12.1.

Relação de empregados – RE;
- 47.2.12.2.

Guia de recolhimento de encargos sociais, trabalhistas e tributários;
- 47.2.12.3.

ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço, quando for o caso.
- 47.2.13.

O Contratante deverá efetuar o pagamento das faturas emitidas pela empresa contratada com base nos serviços aprovados pela(s) Comissão(ões) executora(s), obedecidas às condições estabelecidas neste instrumento.
48.

DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:
- 48.1.

A licitante vencedora deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos de sustentabilidade ambiental.
- 48.2.

A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, bem como o Art. 2º do Decreto 44.330 de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 48.3.

Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.
- 48.4.

Em se tratando de área de preservação, os serviços deverão ser pautados também segundo plano de manejo da área em questão.
- 48.5.

Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo e ainda o previsto abaixo:
- 48.5.1.

Sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 48.5.2.

Sejam observados quando possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 48.5.3.

Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;
- 48.5.4.

Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restric on of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd),bifenil-polibromatos (PBBs), éteres difenil-polibromatos (PBDEs);
- 48.5.5.

Seja priorizado o uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- 48.5.6.

Priorizar a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- 48.5.7.

Comprovar a origem da madeira a ser utilizada na execução dos serviços;
- 48.5.8.

Deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para a execução, conservação e operação;
- 48.5.9.

Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações especificadas pela ANVISA;
- 48.5.10.

Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138 de 8 de outubro de 2003;
- 48.5.11.

Observe a Resolução CONAMA nº 20 de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento;
- 48.5.12.

Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- 48.5.13.

Realize a separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006;
- 48.5.14.

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 48.5.15.

Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257 de 30 de junho de 1990.
- 48.6.

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.
- 48.7.

A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação do executor do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização dos serviços, devendo apresentá-los, para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE.
- 48.8.

Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulho, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleo e graxas, deverão ser adequadamente separados para posterior descarte da CONTRATADA, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.
- 48.9.

A Contratada deverá atender ao Decreto nº 37.782/2016 e legislação correlata que trata de grandes geradores de resíduo de construção civil.
- 48.10.

Deverá a Contratada manter a Contratante informada da logística de retirada de resíduo de acordo com art. 7º do referido Decreto, devendo apresentar cronograma de retirada de resíduo da construção civil, bem como indicar seus transportadores e suas respectivas inscrições no SLU conforme art. 2º do mesmo Decreto.
49.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 49.1.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

"art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I- dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

(...)

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

(...)

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

(...)"

50. DO SOFTWARE DE GESTÃO PREDIAL

50.1. A CONTRATADA deverá PROVIDENCIAR, às suas expensas, *software ou sistema* de para gerenciamento dos serviços de manutenção predial tanto para seu uso e organização das demandas e manutenção do Acordo de Níveis de Serviço, quanto para controle da CONTRATANTE, armazenamento de dados e gestão, de maneira que todas as informações referentes às manutenções ou atendimento de OS estejam registradas, que a CONTRATADA possa formalizar todos os empecilhos ao bom desenvolvimento do trabalho e que a contratante possa fazer as solicitações de serviço em um ambiente único, que permita melhor planejamento da Equipe de Trabalho da CONTRATADA.

50.2. Em atendimento ao recomendado na referida IN-02, no §4º do Art. 11, o software de gerenciamento deverá ter as características descritas a seguir:

50.2.1. Permitir o cadastro de todas as Unidades da Polícia Militar e seus lotes, cadastro de equipamentos e sistemas prediais e gerenciamento, planejamento e acompanhamento de OS e ocorrências por período e por unidade predial.

50.2.2. Possibilitar o cadastramento e a formação de histórico de manutenção dos principais equipamentos e componentes dos sistemas atendidos pela CONTRATADA, com registro e agendamento das datas de intervenções preventivas e corretivas.

50.2.3. Possuir recurso que possibilite aos usuários cadastrados registrarem diretamente no sistema as chamadas de intervenção corretivas (Ordens de Serviço), registrando data, hora, usuário solicitante, descrição dos serviços, prioridade (pelo menos três níveis diferentes), unidade predial, nome dos técnicos responsáveis pelo atendimento, tempo previsto para reparo conclusivo, tempo efetivo de reparo inclusivo;

50.2.4. Cadastramento de usuários em níveis distinguíveis por permissões diferentes no sistema, com acesso por login e senha.

50.2.5. Possuir curso completo para perfeito manuseio que deverá ser realizado por, no mínimo, dois integrantes da FISCALIZAÇÃO, a expensas da CONTRATADA.

50.2.6. Possibilitar que cada chamada de atendimento técnico só seja liberada para o atendimento das equipes após a aprovação da FISCALIZAÇÃO. Esse recurso poderá ser ativado ou não pela CONTRATANTE.

50.2.7. Possuir recurso para encaminhar e-mail para a FISCALIZAÇÃO de contrato da PMDF sobre o status dos serviços, serviços pendentes de liberação por parte do Fiscal de contrato, serviços em atraso, causas do atraso, previsão de conclusão.

50.2.8. Vincular a cada atendimento técnico, as respectivas datas de atendimento e providências adotadas com a priorização de atendimento de urgência (baixa, média ou alta), bem como os materiais utilizados e seus custos, de forma que em cada ficha de atendimento tenha um histórico completo do serviço solicitado e efetuado.

50.2.9. Possibilitar o Controle de Custos de Manutenção, de consumo de materiais e de tempo de atendimento geral e por Unidade da PMDF, bem como a impressão de relatórios comparativos que possam ser comparados entre si, com possibilidade de se estabelecer quais itens a comprar e em que lapso temporal.

50.2.10. Possibilitar o cadastramento e a formação de histórico de manutenção dos principais equipamentos e componentes dos sistemas atendidos pela CONTRATADA, com registro e agendamento dos planos de manutenção e das datas de intervenções preventivas e corretiva.

50.2.11. Possibilitar o cadastramento e a formação de histórico de manutenção das unidades prediais abrangidas pelo contrato, com registros de todas as intervenções preventivas e corretivas e seus respectivos custos, de forma a permitir a geração de relatórios gerenciais que indiquem os gastos com manutenção total, por cada unidade predial e num sistema em particular, em um determinado período.

50.2.12. Emitir aviso de vencimento e agendamento das manutenções periódicas;

- 50.2.13. Possibilitar a geração e emissão de relatórios e indicadores tais como: agenda de atividades, histórico de solicitações, custo das intervenções (geral e por unidade predial) por período, ocorrências mais frequentes, tempo demandas em aberto, produtividade e eficiência geral e por técnico, histórico de trabalho por técnico.
- 50.2.14. Possibilitar o armazenamento de documentos referentes às áreas e aos equipamentos mantidos tais como: plantas, manuais, registros procedimentos, instruções de trabalho, fotográficas, orçamentos, etc.
- 50.2.15. Permitir a migração do banco de dados para outros sistemas após o término da vigência do contrato e o uso do software, ainda que sem direito às atualizações.
- 50.2.16. Permitir a instalação ilimitada nos computadores da contratada.
- 50.2.17. Permitir acesso pelo sistema Android® e/ou iOS®, para controle e acompanhamento remotos, preferencialmente, ambos os sistemas deverão ser acessíveis.
- 50.2.18. Permitir acesso web para facilitar as solicitações de serviço em todas as Unidades Policiais Militares da CONTRATANTE, além de permitir o acompanhamento do pedido pelo solicitante.
- 50.2.19. O software será proposto pela CONTRATADA, e a escolha dependerá do consentimento da CONTRATANTE, deverá ser apresentado em **15 (quinze)** dias corridos da assinatura do contrato para decisão sobre sua aceitação. Eventual recusa iniciará contagem do mesmo prazo.
- 50.2.20. O software e seu correto funcionamento não terão nenhum custo para a CONTRATANTE e deverão ter suporte técnico por, no mínimo, 90 dias.
- 50.2.21. **A CONTRATADA terá 30 (TRINTA) dias corridos para implementação total do software**, (com dados de usuários, treinamento dos gestores para controlar o sistema, estado de manutenção dos equipamentos e demais especificações), nesse período, as OS's poderão ser encaminhadas por *e-mail* ou documentação física, o que ocorrerá em caso de o sistema eventualmente estar inoperante.

51. DO TREINAMENTO:

- 51.1. A CONTRATADA providenciará, em parceria com a PMDF, nos cinco primeiros dias do início da prestação dos serviços, treinamento para os profissionais, com carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas-aula, para facilitar que cada trabalhador realize suas atividades dentro da PMDF. Este treinamento será ministrado nas instalações da CONTRATANTE, em local por ela definido e sob seu monitoramento, a ser ajustado com a Fiscalização.
- 51.2. O treinamento abordará uma apresentação da PMDF, sua missão constitucional, informações sobre suas Unidades, estrutura dos postos e graduações, além da Cadeia de Comando, concluindo com a legislação militar aplicável aos prestadores de serviço na PMDF.
- 51.3. O treinamento também abordará relacionamento com o cliente (abrangendo ambiente, política de qualidade, atendimento de expectativas, trato com clientes insatisfeitos), comportamento (abordando comunicação verbal e corporal, percepção, postura e compostura, trabalho em equipe e pró-atividade), higiene pessoal (contemplando objetivos, riscos, asseio, benefícios pessoais e saúde) e saúde e segurança no trabalho (que tratará de uso do uniforme e crachá, ergonomia, normas aplicáveis, uso dos EPI's e EPC's).
- 51.4. Se evidenciadas falhas ou ocorrerem penalidades, a PMDF poderá solicitar realização de novos treinamentos sem ônus para a CONTRATANTE.

52. DAS OBRIGAÇÕES:

52.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 52.1.1. Designar como preposto, por meio de Carta de Preposição, o Engenheiro Civil ou o Engenheiro Eletricista, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a vigência do contrato em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto contratado.
- 52.1.2. Implementar de forma adequada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da Contratante.
- 52.1.3. Designar para a realização dos serviços, empregados devidamente habilitados conforme exigido neste documento, reservando-se ao executor do contrato o direito de impugnar a qualquer momento aqueles que, a seu juízo, não preencham os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes.
- 52.1.4. Substituir imediatamente por determinação do executor do contrato qualquer empregado cuja conduta ou desempenho insatisfatório comprometa o bom andamento dos serviços.
- 52.1.5. Agir e operar com organização completa no gerenciamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo a mão de obra, ferramentas, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços nos prazos estabelecidos, uti lizando-se de empregados treinados, preparados e de bom nível educacional, moral e mental.
- 52.1.6. Providenciar o treinamento de seus funcionários quanto a execução de serviços necessários ao cumprimento do objeto contratual, arcando com todas as despesas decorrentes desses treinamentos, como: matrícula, transporte, hospedagem, alimentação, etc., nos termos do Acórdão nº 825/2010 do TCU – Plenário.
- 52.1.7. É de obrigação da Contratada disponibilizar todas as máquinas, ferramentas e equipamentos, tais como: andaimes, escoras, tela de proteção, bandejas de proteção, etc., necessários á perfeita execução dos serviços.
- 52.1.8. É de obrigação da Contratada disponibilizar os materiais de proteção e segurança individual e coletivo, tais como: capacetes, botas, cintos de segurança, óculos, luvas, uniformes e demais itens de segurança e proteção exigidos por leis ou normas específicas.
- 52.1.9. Cumprir rigorosamente o Código Civil, todas as Normas Técnicas da ABNT relacionadas à execução deste objeto, as normas de medicina e segurança do trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes.
- 52.1.10. Responsabilizar-se tecnicamente pelas sugestões de reparos apresentadas e pelos serviços executados.
- 52.1.11. Manter permanentemente entendimento com a Contratante observando evitar interrupções ou paralisações nos serviços onde estiverem sendo realizados.
- 52.1.12. Utilizar na execução dos serviços pessoal especializado e devidamente uniformizado, identificado e credenciado.
- 52.1.13. A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados, sem desconto nos rendimentos do pessoal contratado, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme previsto na NR-06 do MTE.
- 52.1.14. Dar ciência imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 52.1.15. Atentar-se aos preços unitários da tabela SINAPI DESONERADA em todos os insumos/serviços necessários aos serviços eventuais de correção, aplicando o desconto ofertado na licitação.
- 52.1.16. Refazer às suas custas os serviços reprovados pelo executor do contrato, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com os custos de todos os materiais necessários.
- 52.1.17. Exigir de seus empregados que mantenham limpos os lugares onde es verem trabalhando, livres e desobstruídos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes. Após a conclusão dos serviços efetuar limpeza completado local, antes de comunicar ao demandante o encerramento dos trabalhos e antes da vistoria e aceite pelo executor do contrato.

- 52.1.18. Aceitar todas as orientações do executor do contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, os esclarecimentos solicitados e o imediato atendimento das reclamações formuladas.
- 52.1.19. Providenciar no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) os reparos ou indenizações de avarias em equipamentos, instalações e bens, causadas por seus empregados na execução dos serviços por imperícia, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros, sem ônus adicional a Contratante.
- 52.1.20. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício, cabendo a empresa Contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.
- 52.1.21. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em decorrência da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da Contratante.
- 52.1.22. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante ou de outra empresa prestadora de serviços.
- 52.1.23. Manter sede, filial ou escritório em Brasília/DF com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante.
- 52.1.24. A empresa contratada deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato o cumprimento desta obrigação.
- 52.1.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 52.1.26. Apresentar antecipadamente as Certidões Negativas Criminais Distrital e Federal tanto dos funcionários envolvidos na execução contratual quanto daqueles que vierem a substituir seu efetivo para apreciação da CONTRATANTE.
- 52.1.27. Manter vínculo empregatício com seus funcionários, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadiplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 52.1.28. Fiscalizar regularmente os funcionários e verificar as condições em que o serviço está sendo prestado, inclusive, e principalmente, as condições de segurança relacionadas com uso de EPI's e demais equipamentos de proteção cabíveis;
- 52.1.29. Instruir os funcionários quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências da PMDF.
- 52.1.30. Cumprir todas as exigências das Normas Regulamentares (NR) aprovadas pela portaria nº 3.214/1978 e, em especial, a NR-18 que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
- 52.1.31. Deverão ser atendidos os Artigos 162 e 163 do Decreto-Lei nº 5.452/1943, relacionados à manutenção de serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho (SESMT), conforme gradação de risco da atividade principal e Quadro II “Dimensionamento dos SESMT” previsto na NR-04, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 52.1.32. Apresentar mensalmente cronograma de manutenção, a ser aprovado pela CONTRATANTE. Ao término de cada medição de pagamento mensal, apresentar relatório de progresso do planejamento e atualizar o cronograma;
- 52.1.33. Apresentar semanalmente relatório sintético das frentes de trabalho em cronograma físico financeiro demonstrando o local de intervenção, a atividade executada, o preço global da empreitada, o tempo de duração em dias e a previsão de término;
- 52.1.34. Cumprir os Índices de Níveis de Serviço estabelecido no Conforme APÊNDICE B - INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO (148626536), deste Termo de Referência, visando a eficiência do sistema de manutenção predial.
- 52.1.35. Manter a fidedignidade dos dados gerenciados no sistema de manutenção, evitando assim a manipulação que descaracterize os indicadores/metas de nível de serviço.
- 52.1.36. Tomar providências para evitar que o trânsito de pessoal das Unidades Policiais atrapalhe a execução dos serviços.
- 52.1.37. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho ao final do dia e após a execução do serviço, evitando acúmulo de entulho no interior das UPM's;
- 52.1.38. Refazer, sem acréscimo ao preço contratado, os serviços considerados insatisfatórios pela FISCALIZAÇÃO, sem prejuízo de penalidades previstas nos Índices de Níveis de Serviço.
- 52.1.39. Fornecer materiais, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução dos serviços de manutenção e demais atividades correlatas, abstendo-se de realizar serviços incompletos ou paliativos.
- 52.1.40. Utilizar apenas peças e materiais novos na execução do serviço, apresentando as NF's.
- 52.1.41. Garantir, às suas expensas, a manutenção e a conservação das ferramentas, equipamentos e veículos utilizados para a execução dos serviços.
- 52.1.42. Identificar os veículos da contratada com logomarca da CONTRATADA ou com adesivo nas portas com os dizeres “A SERVIÇO DA PMDF” em tamanho e contraste de cor proporcional ao veículo de maneira que proporcione a leitura e identificação à uma distância mínima de 30 metros.
- 52.1.43. Manter estoque mínimo de materiais bem como os equipamentos em perfeitas condições de uso, substituindo, em até 48 (quarenta e oito) horas, aqueles que apresentarem defeito ou rendimento insatisfatório.
- 52.1.44. Repor os equipamentos de proteção individual (EPI's) em até 24 (vinte e quatro) horas, interrompendo-se a realização dos serviços até a efetiva reposição.
- 52.1.45. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, para evitar danos à rede elétrica dos edifícios da PMDF.
- 52.1.46. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, obrigando-se a dar resposta a quaisquer solicitações.
- 52.1.47. Repor, mediante solicitação da FISCALIZAÇÃO, e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, material danificado ou que não apresente condições ideais de uso e de higiene.
- 52.1.48. Comunicar à FISCALIZAÇÃO, imediatamente, eventuais defeitos nos equipamentos que prejudiquem a execução dos serviços, adotando as providências necessárias à correção dos defeitos.
- 52.1.49. Atender, no prazo fixado com a FISCALIZAÇÃO, todas as suas solicitações, bem como as Ordens de Serviços, incluindo o fornecimento de material e execução.
- 52.1.50. Fornecer, mensalmente, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico do Engenheiro responsável, escrito ou disponibilizado no software, desde que em formato não-editável e assinado, filtrado por Organização Policial Militar – OPM (exemplo: 1º Batalhão, Diretoria de Infraestrutura, Escola de Formação de Oficiais.) contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 52.1.51. Descrição dos serviços eventuais realizados por empresa especializada com detalhamento de atividades realizadas e insumos utilizados.
- 52.1.52. Lista dos insumos utilizados em cada manutenção, preferencialmente no software ORÇAFASIO, indicando de forma itemizável, cada etapa da manutenção, o código SINAPI ou de outra base correspondente ao insumo, composição, composição própria ou cotação, quantidade de itens, valor unitário e com BDI, valor global e com o desconto da licitação.
- 52.1.53. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços. 42.1.51.
- 52.1.54. Apresentar à FISCALIZAÇÃO, quando solicitado, certificado de conclusão de curso na área em que serão empregados seus funcionários, observadas as peculiaridades do diploma acadêmico e registro no CREA para os engenheiros, curso técnico completo em eletrotécnica ou formação como técnico em edificações, para os Encarregados e, no mínimo, curso de 40 (quarenta) horas/aula para o auxiliar administrativo, os eletricitistas e os técnicos mecânicos em elevadores e ar condicionado.
- 52.1.55. Responder por todas as despesas decorrentes da execução do serviço tais como insumos, transporte, materiais, equipamentos, EPI's, etc.

- 52.1.56. Apresentar à CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA.
- 52.1.57. Manter durante o período de contratação as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 52.1.58. Respeitar normas e regulamentos do CONTRATANTE, especialmente as normas de segurança, postura e demais regras aplicadas à Unidades Militares.
- 52.1.59. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que comprovada a responsabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de ação judicial cabível ao agente.
- 52.1.60. Tomar as medidas necessárias, por meio de seus encarregados, para acionar o socorro aos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, independentemente da pronta ação da CONTRATANTE.
- 52.1.61. Exercer exclusivamente a responsabilidade por quaisquer acidentes durante a execução dos serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a funcionários ou terceiros por fatos relacionados com o contrato, ainda que ocorridos fora dos locais de sua prestação.
- 52.1.62. Apresentar, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão-de-obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 2.798/2010 - Plenário)
- 52.1.63. Caso a CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria CONTRATANTE, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 52.1.64. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 52.1.65. Apresentar para fins de liquidação e pagamento, junto com as Notas Fiscais, as cópias dos seguintes documentos:
- 52.1.66. Folha de pagamentos do mês a que se referem as Notas Fiscais ou Faturas, bem como planilhas de consumo de material;
- 52.1.67. Comprovantes dos pagamentos de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências da CONTRATANTE, inclusive em caráter temporário, do mês anterior à Nota fiscal;
- 52.1.68. Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;
- 52.1.69. Guia de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;
- 52.1.70. Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;
- 52.1.71. Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social;
- 52.1.72. Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE) relativa ao mês a que se referem as Notas Fiscais ou Faturas, contendo todos os funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências das unidades da CONTRATANTE, inclusive em caráter temporário, durante esse período;
- 52.1.73. Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Distrital;
- 52.1.74. Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- 52.1.75. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 52.1.76. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 52.1.77. Apresentar, até um mês após o prazo estipulado em lei, cópia da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e cópia do recibo impresso de transmissão da RAIS.
- 52.1.78. Apresentar, quando da rescisão deste Contrato ou quando do fim da sua vigência, para cada colaborador que prestava serviços nas dependências da CONTRATANTE:
- 52.1.79. Comprovante que o colaborador foi realocado pela CONTRATADA dentro da própria empresa, tendo sido mantido o vínculo empregatício, ou cópia do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, homologado pelo Sindicato que representa a respectiva categoria, tendo sido rompido o vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o colaborador;
- 52.1.80. Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) demissional, tendo sido rompido o vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o colaborador.
- 52.1.81. Apresentar os seguintes comprovantes:
- 52.1.82. Pagamento de salários e benefícios dos funcionários;
- 52.1.83. Recolhimento dos encargos sociais;
- 52.1.84. Regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED);
- 52.1.85. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, nos termos da Lei n.º 4.923/65 e do Decreto nº 76.900/75).
- 52.1.86. Apresentar comprovante de pagamento da 1ª e 2ª parcela do 13º salário de todos os colaboradores que prestam serviço nas dependências da CONTRATANTE.
- 52.1.87. A CONTRATADA não poderá vincular o pagamento de valores devidos a seus funcionários (salários, 13º salários, férias, vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.) ao recebimento de créditos devidos pelo CONTRATANTE.
- 52.2. **DAS ORIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
- 52.2.1. Cumprir as condições de pagamento estipuladas.
- 52.2.2. Emitir no prazo de 10(dez) dias úteis, contados da data da comunicação formal pela Contratada, o Atestado de Execução, que servirá de base para o faturamento.
- 52.2.3. Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento de todas as obrigações contratuais, por parte da contratada.

52.2.4. Designar comissão representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

53. **DAS GARANTIAS**

- 53.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA prestará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, a garantia em favor da CONTRATANTE no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 53.1.1. I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 53.1.2. II - seguro-garantia;
- 53.1.3. III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 53.1.4. IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 53.2. Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- 53.3. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais.
- 53.4. A garantia deverá ter o seu valor proporcionalmente completado, quando ocorrer modificação no valor total do contrato ou quando ocorrer sua utilização para cobertura de eventuais multas aplicadas.
- 53.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 53.6. O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia.
- 53.7. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:
- 53.7.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 53.7.2. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 53.8. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 53.9. O edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:
- 53.9.1. A seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:
- 53.9.1.1. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- 53.9.1.2. Acompanhar a execução do contrato principal;
- 53.9.1.3. Ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- 53.9.1.4. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;
- 53.9.2. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;
- 53.9.3. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.
- 53.10. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:
- 53.10.1. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
- 53.10.2. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

54. **DISPÊNDIO FINANCEIRO**

- 54.1. Valor total da presente SRP: **174.904.871,68** (cento e setenta e quatro milhões, novecentos e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta e sessenta e oito centavos).
- 54.2. Considerando que haverá dispêndio financeiro e orçamentário nas áreas finalísticas e nas áreas meio, sendo aquelas devendo ser custeadas pelos Programas de trabalho de Manutenção, com recursos especificados por cada Órgão, a serem informados nos respectivos PCAs a estimativa de gastos, nos valores máximos anual, descritos a seguir:
- 54.3. **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL;**
- 54.3.1. Código UASG: 926016
- 54.3.2. Elemento de despesa: 33.90.39
- 54.3.3. Recurso Orçamentário: Fonte 100 FCDF, Função 28, Programa 845, Subprograma 0903.
- 54.3.4. Valor previsto para contratação: **R\$ 25.251.959,04** (vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).
- 54.4. **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA;**
- 54.4.1. Código UASG: 450107
- 54.4.2. Elemento de despesa: 33.90.39
- 54.4.3. Recurso Orçamentário: Fonte 100 FCDF

- 54.4.4. Valor previsto para contratação: **R\$ 13.065.939,04** (treze milhões, sessenta e cinco mil novecentos e trinta e nove reais e quatro centavos).
- 54.5. **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA;**
- 54.5.1. Código UASG: 928082
- 54.5.2. Recurso Orçamentário: Fonte 100, Função 06, Programa 122, Subprograma 8217.
- 54.5.3. Valor previsto para contratação: **R\$ 75.770.525,60** (setenta e cinco milhões, setecentos e setenta mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).
- 54.6. **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA;**
- 54.6.1. Código UASG: 152144
- 54.6.2. Valor previsto para contratação: **R\$ 60.816.448,00** (sessenta milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

HÉLIO VITOR REIS DOS SANTOS - 2º SGT QPPMC CREA - 15.900/D-DF
Autor do Termo de Referência

RODRIGO DE ARAÚJO RIBEIRO - MAJ QOPM
Chefe da Seção de Planejamento e Controle da DINFRA
Co-autor do Termo de Referência

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

(Processo Administrativo n.º.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) E

O Distrito Federal por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, com sede no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. **90009/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de **serviços sob demanda**, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF e órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Objeto da contratação: A licitação **objetiva-se o registro da unidade (item) de manutenção de edifícios, a ser distribuída em quantidades determinadas por lotes**, nas condições e características da PMDF, ao custo de manutenção anual por m² de **R\$ 505,12** (quinhentos e cinco reais e doze centavos), também constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

Item a ser Registrado	Unidade	Valor de 01(um) ITEM
Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	Manutenção anual por m²	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)

1.3. A licitação será dividida em lotes com quantidade determinada de itens de manutenção anual por m², com o objetivo de equilibrar o dimensionamento e posterior execução do objeto, conforme a proximidade geográfica das unidades da PMDF e dos órgãos participantes, cada lote contém uma proporção de unidades, resultando em lotes principais destinados a Ampla Concorrência - AC (Lotes 1, 3, 5, 7, 8 e 9) e lotes destinados às Cotas reservadas - CR (Lotes 2, 4, 6, 10, 11, 12 e 13), em conformidade a tabela constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação nos lotes de seu interesse, conforme tabelas abaixo.

QUANTIDADE DE ITENS POR LOTE

LOTES		VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Quantidade de itens de manutenção anual por m² a ser registrada - ITEM R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	
Nº	ÓRGÃO		LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA - AC	LOTES DE COTA RESERVADA - CR
01 - AC	PMDF	R\$ 10.127.656,00	20.050	
02 - CR	PMDF	R\$ 1.070.854,40		2.120
03 - AC	PMDF	R\$ 12.690.634,88	25.124	
04 - CR	PMDF	R\$ 1.362.813,76		2.698
05 - AC	SSP/DF	R\$ 11.164.667,36	22.103	
06 - CR	SSP/DF	R\$ 1.901.271,68		3.764
07 - AC	SEAPE/DF	R\$ 66.173.245,60	131.005	
08 - AC	SEAPE/DF	R\$ 9.597.280,00	19.000	
09 - AC	IFB	R\$ 45.105.195,52	89.296	
10 - CR	IFB	R\$ 3.607.567,04		7.142
11 - CR	IFB	R\$ 3.338.843,20		6.610
12 - CR	IFB	R\$ 4.132.386,72		8.181
13 - CR	IFB	R\$ 4.632.455,52		9.171
TOTAIS		R\$ 174.904.871,68	306.578	39686
PERCENTUAL DE COTA RESERVADA RELATIVO A AMPLA CONCORRÊNCIA				12,94%
PERCENTUAL DE COTA RESERVADA RELATIVO A CONTRATAÇÃO TOTAL				11,46%

QUANTIDADE DE ITENS POR ÓRGÃO:

UNIDADE	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Manutenção anual por m² (item)	Quantidade de itens de manutenção anual por m² a ser registrada.
PMDF	R\$ 25.251.959,04	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	49.992,00
SSP/DF	R\$ 13.065.939,04	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	25.867,00
SEAPE/DF	R\$ 75.770.525,60	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	150.005,00
IFB	R\$ 60.816.448,00	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	120.400,00
Todos	R\$ 174.904.871,68	R\$ 505,12 (quinhentos e cinco reais e doze centavos)	346.264,00

- 1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- OU
- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação:
- 4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- 4.1.2.1. Nos serviços de limpeza dos reservatórios de água;
- 4.1.2.2. Nos serviços de manutenção de no breaks e estabilizadores;
- 4.1.2.3. Nos serviços de enrolamento de motores;
- 4.1.2.4. Nos serviços de manutenção de grupos geradores;
- 4.1.2.5. Nos serviços de impermeabilização de pisos.
- 4.1.2.6. Outros serviços que necessitem de laudo ou relatório especializado, que não sejam de competência direta da Contratada.
- 4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, contado da data do orçamento estimado, que é de **20 de maio de 2024**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custos da Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante;
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**
- 10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, a garantia em favor da CONTRATANTE no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- 10.1.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômi... da Economia;
- 10.1.2. seguro-garantia;
- 10.1.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 10.1.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 10.1.2. **VALOR TOTAL DA GARANTIA..... Valor total**
- 10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato **E/OU por XXXXXX** dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.
- 10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.20, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do **art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022**.
- 10.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.20. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de multa, de acordo com o art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa:**
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. Moratória de 0,07% (sete centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 2. as peculiaridades do caso concreto;
 3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

- 12.3.3.Indenizações e multas.
- 12.4.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.5.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
- 13.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 13.1.1.Gestão/Unidade:
- 13.1.2.Fonte de Recursos:
- 13.1.3.Programa de Trabalho:
- 13.1.4.Elemento de Despesa:
- 13.1.5.Plano Interno:
- 13.1.6.Nota de Empenho:
- 13.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
- 14.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
- 15.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
- 16.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
- 17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)
- 17.1.Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, ____ de _____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos

licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019
M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
M O D E L O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20__
PROCESSO nº: _____.
PREGÃO ELETRÔNICO nº: 90009/2024
VALIDADE: ____ (_____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, localizada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, o Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº ____/2023, Processo SEI nº _____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF e órgãos vinculados, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição. 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada Lote, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	item	unidade	Valor unitário	Quantidade	Valor total do Lote	Prazo (garantia ou validade)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à PMDF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

4. CLÁUSULA IV - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles Lotes para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões:

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7. (se for o caso)

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.19, observando o item 5.19 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.15.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

- 5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjuicatário, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.14.2. mantiverem sua proposta original.
- 5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.16. O registro a que se refere o item 5.8. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.9.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- 6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

- 7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.
- 7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor
- 8.1.1. for liberado pela Administração Pública;
- 8.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
- 8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- 8.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;
- 8.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

9. CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CLÁUSULA XX - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

11. CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de Lotes, só será admitida a contratação de parte de Lotes do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
- 11.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Chefe do Departamento de Logística e Finanças - CEL QOPM

Licitante vencedor

Testemunha

Testemunha

PREGÃO ELETRÔNICO N. /2024					ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. /2024		
1º LUGAR							
EMPRESA							
CNPJ				INSC. ESTADUAL	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
TELEFONE					ENDEREÇO		
SÓCIO - DIRETOR					RG	CPF	
PROCURADOR					RG	CPF	
1º LUGAR							
LOTE	QTD TOTAL ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD UNITÁRIA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	

PROCESSO Nº PREGÃO Nº /20__						
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº						
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor)						
EMPRESA						
CNPJ	INSC ESTADUAL		BANCO		AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
TELEFONE					ENDEREÇO	
SÓCIO-DIRETOR					RG	CPF
PROCURADOR					RG	CPF
1º LUGAR						
LOTE	QTD TOTAL ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD UNITÁRIA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITARIO



Documento assinado eletronicamente por **HERBERT DE ALMEIDA JARDIM - CEL QOPM**, Matr.0050508-0, **Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 02/09/2024, às 16:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **150074058** código CRC= **E807BCAF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAISo Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF
Telefone(s): 3190 5509
Site - www.pm.df.gov.br

00054-00119145/2023-99

Doc. SEI/GDF 150074058